



SENADO FEDERAL

Ofício nº 133/2015

Brasília, 7 de julho de 2015.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto o art. 76, parágrafo 2º, do Regimento Interno, temos a honra de relatar os temos em que foi desempenhada a missão decorrente do Requerimento nº 713, de 2015, que criou Comissão Externa com a finalidade de verificar in loco a situação política, social e econômica da República Bolivariana da Venezuela, mediante o estabelecimento dos contatos necessários com as autoridades constituidas e representantes legítimos da sociedade venezuelana.

O Comunicado anexo apresenta, de modo detalhado, as atividades desenvolvidas, os resultados alcançados e as recomendações para a continuidade e o aprofundamento dos laços de amizade e cooperação parlamentar entre os povos brasileiro e venezuelano.

Atenciosamente,

Senador ROBERTO REQUIÃO
PMDB/PR

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PC do B/AM

Senador LINDBERGH FARIA
PT/RJ

Senador TELMÁRIO MOTA
PDT/RR

Ao Excelentíssimo
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Nesta

TEXTO:

O COMÉRCIO BILATERAL BRASIL - VENEZUELA

Nos últimos 10 anos (2005 a 2014), as exportações brasileiras para a Venezuela somaram mais de USD 42 bilhões, e as trocas comerciais bilaterais produziram, no mesmo intervalo, um superávit de aproximadamente USD 34,5 bilhões em favor do Brasil.^[1]

Em todos aqueles 10 anos, o comércio bilateral foi superavitário para o Brasil, com saldos oscilando entre um mínimo de USD 1,96 bilhão (2005) e um máximo de USD 4,61 bilhões (2008). Trata-se de padrão oposto àquele observado no comércio exterior global da Venezuela, consistentemente (e por ampla margem) superavitário, segundo as estatísticas da Organização Mundial de Comércio – OMC.^[2]

Em 2014, o superávit bilateral com a Venezuela foi de USD 3,45 bilhões, o mais alto obtido pelo Brasil em seu intercâmbio comercial global, à frente daquele com a China (USD 3,3 bilhões), não obstante a queda de 4,5% em nossas vendas para a Venezuela.^[3] Se desconsiderarmos, por hipótese, o superávit obtido com o país vizinho, nosso déficit global na balança comercial em 2014 praticamente dobraria, saltando de USD 4 bilhões para USD 7,45 bilhões.

Somos o terceiro maior provedor de bens à Venezuela, após EUA e China, de acordo com os dados da UNCTAD, respondendo por 8% a 10% do total das compras venezuelanas ao estrangeiro. A Venezuela foi o 10º maior destino de nossas exportações em 2014, segundo o MDIC.

Como comprador do Brasil em 2014, a Venezuela esteve à frente de grandes economias como Itália, Reino Unido, Coreia do Sul, Rússia, México, Espanha, França, Suíça, Canadá e Arábia Saudita. Nossas vendas para a Venezuela – USD 4,6 bilhões – equivaleram a 11% de tudo que vendemos para os 27 países da União Europeia e a 17% de nossas exportações para os EUA, com a diferença de que, nesses dois últimos casos, tivemos déficit de USD 4,67 bilhões e de USD 8,15 bilhões, respectivamente.

Em 2014, nossas exportações de manufaturados corresponderam a 47,3% do total de nossas vendas à Venezuela, ao passo que os semimanufaturados compuseram 7,1% da nossa pauta, e os básicos, 45,5%.^[4] A cifra relativa aos manufaturados é mais de 10 p.p. superior à média global brasileira (35,6%).

Em 2014, a Venezuela foi o 1º comprador de gado bovino vivo brasileiro; o 1º de xarope para refrigerantes; o 1º de leite em pó; o 1º de construções pré-fabricadas; o 1º de margarina; o 1º de arroz com casca; o 1º de plástico PET; o 1º de pontes, vigas e rodantes; o 1º de ovos para incubação; o 1º de sementes forrageiras para plantio; o 1º ou 2º (a depender da linha tarifária) de medicamentos; o 2º de carne de frango (6º produto mais exportado pelo Brasil); o 2º de pneus para ônibus e caminhões; o 2º de chapas de alumínio; o 3º de carne bovina (8º produto da pauta exportadora nacional); o 7º de autopeças (17º em vendas externas do Brasil); o 10º de aviões (11º produto mais exportado pelo Brasil); e o 11º de açúcar de cana (4º produto mais vendido pelo Brasil ao exterior).

Entre janeiro e abril de 2015, nossas exportações para o mercado venezuelano já somam quase USD 900 milhões (-30,4% na comparação com igual período de 2014), com saldo de USD 536,7 milhões a nosso favor.

ANEXO I – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL À VENEZUELA EM 2014

1. Carne bovina (USD 904 milhões; ou 18,5% do total exportado pelo País para o mundo);
2. Gado bovino vivo (USD 520,2 milhões; 88%);
3. Carne de frango (USD 425,4 milhões; 17,5%);
4. Açúcar de cana (USD 295,7 milhões; 4%);
5. Preparações para refrigerantes (USD 185,8 milhões – para abastecimento da fábrica da Coca-Cola venezuelana, com xarope produzido na Zona Franca de Manaus; 72%);
6. Leite em pó (USD 162,1 milhões; 77%);
7. Materiais para construção pré-fabricada (USD 146,2 milhões; 94,2%);
8. Pneus para ônibus e caminhões (USD 91,1 milhões; 18,5%);

9. Certos tipos de medicamentos (USD 65,9 milhões; 45%);
10. Margarina (USD 62,1 milhões; 82,3%);
11. Arroz com casca (USD 51,8 milhões; 65,4%);
12. Tereftalato de polietileno - PET (USD 51 milhões; 86%);
13. Chapas e tiras de alumínio (USD 46,8 milhões; 20%);
14. Pontes, vigas e rodantes (USD 46,7 milhões, 83,8%);
15. Aviões (USD 41,6 milhões; 1,52%);
16. Ovos para incubação (USD 33,4 milhões; 45,6%);
17. Sementes forrageiras (USD 30,4 milhões; 40,5%); e
18. Milho em grão (USD 28,5 milhões; 0,74%).

ANEXO II - PERSPECTIVAS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Embora as exportações brasileiras para a Venezuela tenham diminuído nos últimos dois anos (2013: -4,3%; 2014: -4,5%); seu valor tenha se contraído mais de 30% na comparação entre o primeiro quadrimestre de 2015 e igual período de 2014; e tenha aumentado o tempo de espera dos provedores brasileiros para receber divisas do governo venezuelano, fatores estruturais apontam para a continuidade de um cenário econômico-comercial que favorece o Brasil em suas trocas com o país vizinho.

Os preços do petróleo, que chegaram a um mínimo de USD 39/barril, em janeiro passado, já subiram quase USD 20 desde então, aproximando-se do valor com que foi calculado o orçamento federal venezuelano para 2015 (USD 60). As análises de mercado mais recentes prognosticam a possibilidade de que, em 2016, a "commodity" chegue aos USD 80/barril, o que oferecerá maior margem ao governo venezuelano para pagamentos aos provedores externos e para aumento das importações.

Segundo as estatísticas da OPEP, a Venezuela detém as maiores reservas comprovadas de petróleo no planeta, calculadas em 298,4 bilhões de barris (ou cerca de 20% do total mundial), ao final de 2013. O aproveitamento de tamanho volume da "commodity" indica que Caracas deverá deter, por muitos anos, alto nível de renda petroleira, com os correspondentes potenciais e elevados níveis de consumo e com apreciação da moeda local (o que favorecerá importações). Atualmente, a Venezuela importa, no mínimo, 50% de suas necessidades de alimentos, em valores anuais próximos aos USD 12 bilhões. No plano demográfico, as cifras atuais apontam para que a população venezuelana dobre em cerca de 50 anos, ultrapassando os 60 milhões de habitantes e tornando-se o 4º país sul-americano mais populoso (hoje, é o 5º, após Brasil, Colômbia, Argentina e Peru), com alta renda média (advinda do petróleo) e elevada propensão ao consumo.

Pela proximidade geográfica, pela diversificação e escala de sua economia, ademais do avanço esperado do processo de integração plena da Venezuela ao MERCOSUL, o Brasil é hoje o país mais bem posicionado para manter-se como fornecedor privilegiado de bens e serviços deste país.

A Venezuela, por sua vez, pode tornar-se provedor de bens, a custos mais baixos, para a Região Norte do Brasil, melhorando as condições de vida da população local e favorecendo a competitividade dos produtos brasileiros daquela região no mercado externo, em particular na própria Venezuela, no arco norte da América do Sul, no Caribe e na América Central. A propósito, a Embaixada em Caracas tem sido constantemente consultada e procurada por empresários e associações da Região Norte (em especial, Roraima), em busca de oportunidades de negócios com a Venezuela, por exemplo, na área de fertilizantes.

ANEXO III – ESTADOS BRASILEIROS EXPORTADORES PARA A VENEZUELA

Em 2014, dos 26 Estados da Federação mais o Distrito Federal, apenas Amapá, Acre e Maranhão não realizaram exportações para a Venezuela. Os 10 principais Estados brasileiros, por ordem decrescente de exportações para a Venezuela, foram:

1. São Paulo (USD 1,41 bilhão);
2. Pará (USD 567,49 milhões);
3. Mato Grosso (USD 476,91 milhões);
4. Rio Grande do Sul (USD 451,32 milhões);
5. Minas Gerais (USD 319,37 milhões);
6. Paraná (USD 244 milhões);
7. Rondônia (USD 215,98 milhões);
8. Amazonas (USD 191,14 milhões);
9. Rio de Janeiro (USD 130,49 milhões); e
10. Mato Grosso do Sul (USD 92,78 milhões).

As vendas desses 10 Estados corresponderam a mais de USD 4 bilhões (do total de USD 4,6 bilhões em exportações à Venezuela em 2014).

A Venezuela representou as seguintes porcentagens nas exportações totais desses Estados no ano passado:

1. São Paulo: 2,74%;
2. Pará: 3,98%;
3. Mato Grosso: 3,22%;
4. Rio Grande do Sul: 2,41%;
5. Minas Gerais: 1,08%;
6. Paraná: 1,49%;
7. Rondônia: 19,99%;
8. Amazonas: 20,25%;
9. Rio de Janeiro: 0,57%; e
10. Mato Grosso do Sul: 1,77%.

Em 6 (São Paulo, Pará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rondônia e Amazonas) dos 10, a participação relativa da Venezuela nas respectivas exportações é superior àquela do país vizinho no total das exportações brasileiras (2,06%).

A Venezuela ocupou as seguintes posições relativas entre os destinos das vendas externas desses mesmos Estados em 2014 (excetuados, por razões estatísticas, os Países Baixos):

1. São Paulo: 6º (à frente de Bélgica e Alemanha);
2. Pará: 6º (à frente de Canadá, Noruega, Itália e França);
3. Mato Grosso: 6º (à frente de Rússia, Hong Kong, Tailândia);
4. Rio Grande do Sul: 7º (à frente de Bélgica e Coreia do Sul);
5. Minas Gerais: 18º (à frente de Taiwan);
6. Paraná: 16º (à frente de Índia e Emirados Árabes Unidos);
7. **Rondônia: 1º;**
8. Amazonas: 2º (à frente de Colômbia, EUA, México, China);
9. Rio de Janeiro: 14º (à frente de Peru, México, Reino Unido, Colômbia); e
10. Mato Grosso do Sul: 11º (à frente de Vietnã, Egito, Indonésia, Malásia, Chile).

Os principais produtos exportados por esses Estados à Venezuela em 2014 foram os seguintes:

1. **São Paulo:** carne bovina (USD 191,3 milhões); açúcar de cana (USD 164,7 milhões); pneus para ônibus e caminhões (USD 52,6 milhões); chapas de alumínio (USD 46,8 milhões); pontes, vigas e rodantes (USD 46,6 milhões); aviões (USD 41,4 milhões); margarina (USD 40,9 milhões); construções pré-fabricadas (USD 35,9 milhões); e medicamentos (USD 59,8 milhões).
2. **Pará:** gado bovino vivo (USD 520,2 milhões); carne bovina (USD 21,8 milhões); azeite de dendê (USD 8,1 milhões); minério de manganésio (USD 6,5 milhões); gado para reprodução (USD 7,2 milhões); e milho (USD 1,3 milhão).
3. **Mato Grosso:** carne bovina (USD 342 milhões); carne de frango (USD 98,1 milhões); milho em grão (USD 19,3 milhões); óleo de soja (USD 8,7 milhões); milho para semeadura (USD 6,2 milhões); e carne suína (USD 1,8 milhão).
4. **Rio Grande do Sul:** carne de frango (USD 212,5 milhões); arroz com casca (USD 51,8 milhões); leite em pó (USD 29,8 milhões); colheitadeiras (USD 20,8 milhões); pneus para ônibus e caminhões (USD 16,6 milhões); carne suína (USD 11 milhões); semeadoras (USD 10,2 milhões); pneus para motocicletas (USD 9,3 milhões); polietileno (USD 5,6 milhões); e tabaco (USD 5,3 milhões).
5. **Minas Gerais:** leite em pó (USD 118,9 milhões); açúcar de cana (USD 28,6 milhões); gado para reprodução (USD 27 milhões); construções pré-fabricadas (USD 16,6 milhões); tubos de ferro e aço para uso em oleodutos (USD 15,2 milhões); carne bovina (USD 13,3 milhões); disjuntores elétricos (USD 13 milhões); chassis para automóveis de passeio (USD 8,9 milhões); e sementes (USD 6,8 milhões).
6. **Paraná:** construções pré-fabricadas (USD 50,6 milhões); açúcar de cana (USD 23 milhões); preparações para alimentação animal (USD 21,9 milhões); tratores (USD 20,3 milhões); carne de frango (USD 12 milhões); leite em pó (USD 11,8 milhões); polipropileno (USD 9,8 milhões); ovos para incubação (USD 9 milhões); perfis de ferro/aço (USD 8,9 milhões); e sacolas de papel (USD 8,6 milhões).
7. **Rondônia:** carne bovina (USD 215,5 milhões); milho em grão (USD 256,7 mil); madeira em lâmina (USD 89,1 mil); e outras madeiras (USD 86,9 mil).
8. **Amazonas:** preparações para refrigerantes (USD 185,7 milhões); aparelhos de barbear (USD 1,6 milhões); papel para fotografia (USD 938 mil); embalagens de plástico (USD 797,7 mil); lâminas para aparelhos de barbear (USD 387,9 mil); e chás (USD 357,4 mil).

9. **Rio de Janeiro:** construções pré-fabricadas (USD 39 milhões); laminados de ferro/aço (USD 15,3 milhões); xampu e demais preparações capilares (USD 18,5 milhões); pneus para ônibus e caminhões (USD 10,8 milhões); medicamentos (USD 11,8 milhões); óleos lubrificantes (USD 3,2 milhões); e polietileno (USD 3 milhões).

10. **Mato Grosso do Sul:** carne bovina (USD 76 milhões); sementes (USD 7,7 milhões); carne suína (USD 4,6 milhões); açúcar de cana (USD 3,9 milhões); milho em grão (USD 225,8 mil); e madeira (USD 173,5 mil).

Em termos de participação porcentual da Venezuela nas exportações dos Estados e do Distrito Federal, os 10 primeiros seriam os seguintes (entre parêntesis, figura a posição relativa da Venezuela; excetuados, por razões estatísticas, os Países Baixos):

1. **Distrito Federal:** 21,53% (1º)^[5];
2. **Amazonas:** 20,25% (2º);
3. **Rondônia:** 19,99% (1º);
4. **Alagoas:** 8,58% (4º)^[6];
5. **Pernambuco:** 7,6% (3º)^[7];
6. **Pará:** 3,98% (6º);
7. **Mato Grosso:** 3,22% (6º);
8. **São Paulo:** 2,74% (6º);
9. **Rio Grande do Sul:** 2,41% (7º); e
10. **Tocantins:** 1,89% (8º)^[8].

Por ser estado fronteiriço com a Venezuela, país de onde, aliás, procede a energia elétrica que abastece sua capital (Boa Vista), Roraima merece uma anotação especial no que tange ao comércio com o país vizinho. Em 2014, a Venezuela, com compras de USD 310,3 mil (sic), foi o 3º destino das exportações roraimenses^[9] (no total de USD 19,2 milhões), à frente de Taiwan, Turquia, França, Espanha e Itália, entre outros. O principal produto exportado por Roraima para a Venezuela foi madeira (USD 300,1 mil), seguido de radiadores para tratores e automóveis (USD 10 mil).

Pelo lado das importações, Roraima teve na Venezuela seu 3º maior fornecedor de mercadorias no ano passado (atrás de China e Trinidad e Tobago), com compras de USD 782,9 mil (num total de USD 10 milhões), dos quais cerca de 50% referiram-se a placas e folhas de vidro.

[1] O valor máximo das exportações brasileiras para a Venezuela naquele decênio foi de USD 5,15 bilhões, em 2008, ano que nos deu igualmente o maior superávit no comércio bilateral, USD 4,61 bilhões (cifra equivalente ao total das nossas exportações para a Venezuela em 2014). O valor máximo das exportações venezuelanas para o Brasil, por sua vez, chegou a USD 1,26 bilhão, em 2011. Por comparação, cabe notar com clareza que, no período 1999-2004, a média anual das exportações brasileiras para a Venezuela equivaleu a USD 875 milhões (contra os USD 4,2 bilhões/ano do decênio 2005-2014), e o saldo médio anual em nosso favor foi de USD 181,7 milhões (contra os USD 3,45 bilhões/ano do decênio 2005-2014). Vale registrar que, em 1999 e 2000, o Brasil teve déficits (de USD 438 milhões e USD 578 milhões, respectivamente) nas trocas com a Venezuela.

[2] Entre 2004 e 2013, por exemplo, as exportações venezuelanas superaram as importações do país por, no mínimo, USD 16 bilhões (2009) e, no máximo, USD 44,8 bilhões (2011).

[3] Excluído o superávit com os Países Baixos (USD 9,86 bilhões), dado o desvio estatístico causado pela concentração no porto de Roterdã de exportações que, de fato, são destinadas a vários outros países. As exportações brasileiras para o mundo caíram 7% em 2014.

[4] Em 2013, as porcentagens foram, respectivamente, 53,5%, 6,4% e 40,1%.

[5] Principais produtos exportados: carne de frango (USD 70,9 milhões); e carne bovina (USD 113,6 mil).

[6] Principal produto exportado: açúcar de cana (USD 54 milhões).

[7] Principais produtos exportados: PET (USD 52,5 milhões); açúcar de cana (USD 16,6 milhões); baterias (USD 496 mil); e calçados de borracha/plástico (USD 446,8 mil).

[8] Principal produto exportado: carne bovina (USD 16,1 milhões).

[9] Excluídos os Países Baixos, por razões estatísticas.

COMUNICADO DA COMISSÃO EXTERNA CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 713,
DE 2015 (ART. 76, PARÁGRAFO 2º DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL)

I - O OBJETIVO DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão foi criada “com a finalidade de verificar in loco a situação política, social e econômica da República Bolivariana da Venezuela, estabelecendo para tanto os contatos necessários e possíveis com as autoridades constituídas e representantes legítimos da sociedade venezuelana.”

O Requerimento de criação da Comissão, aprovado por unanimidade no Plenário, assentou-se nos seguintes fundamentos:

1. A escalada da tensão política que envolve o processo democrático na Venezuela e a muitas vezes impensada exploração partidária e midiática das dificuldades que atravessam aquele país amigo torna necessária a ação pacificadora do Senado Federal brasileiro.
2. A Venezuela é um país democrático da América do Sul e integra com o Brasil o esforço de integração do continente. A integração do continente sul-americano é um objetivo nacional permanente do Brasil. Nada que afete o desenvolvimento político, econômico e social dos países sulamericanos é indiferente ao nosso país.
3. É dever do Brasil – logo, da diplomacia parlamentar – identificar e promover as condições de diálogo interno, pacificação e redução da agressividade que tem marcado o processo democrático venezuelano.
4. A Comissão Externa do Senado Federal criada pela aprovação do Requerimento nº 77, de 2015, não atenderia às exigências de isenção e imparcialidade

que a gravidade do momento delicado que vive a Venezuela requer. Os ilustres senadores que integram aquela comissão marcaram o seu discurso pela indução ao acirramento dos ânimos, tanto para atingir objetivos na política interna brasileira (desgaste político do governo federal), como para fortalecer um dos lados na disputa democrática venezuelana.

5. A Venezuela, o Brasil e a América do Sul precisam da ação parlamentar que abra os caminhos para o diálogo interno e promova as condições para o debate sereno dos problemas venezuelanos.

II – A COMISSÃO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 77/2015

Em 18 de junho de 2015, o Plenário aprovou o Requerimento nº 713/2015, porque a Comissão Externa do Senado Federal criada pela aprovação do Requerimento nº 77, de 2015, não atendeu “às exigências de isenção e imparcialidade que a gravidade do momento delicado que vive a Venezuela requer.”

Conforme consta da motivação do Requerimento nº 713/2015, “os ilustres senadores que integram aquela comissão marcaram o seu discurso pela indução ao acirramento dos ânimos, tanto para atingir objetivos na política interna brasileira (desgaste político do governo federal), como para fortalecer um dos lados na disputa democrática venezuelana.”

Com efeito, a programação da Comissão anterior e declarações de alguns de seus membros provocaram fortes reações no Parlamento, governo e na sociedade venezuelanas.

Primeiramente, a afirmação de que a Venezuela não teria autorizado o sobrevoo e pouso da aeronave da Força Aérea

Brasileira que os conduziria foi desmentida pela Chancelaria venezuelana, que divulgou ter deferido o pedido do Ministério da Defesa brasileiro duas horas após havê-lo recebido.

O deputado Christian Zerpa, membro da Comissão Permanente de Política Exterior, Soberania e Integração da Assembléia Nacional repudiou a presença dos senadores por considerar que cometiam ato de ingerência nos assuntos políticos internos da Venezuela (matéria jornalística anexa: “Membros da Assembléia Nacional da Venezuela repudiam visita de senadores brasileiros”, jornal O Globo, 19/06/2015).

O deputado venezuelano Saúl Ortega, vice-presidente da Comissão de Política Exterior da Assambleia Nacional e atualmente presidente do Parlamento do Mercosul, igualmente criticou a programação da Comissão, considerando que ela respondia a um plano de interferência: “São inimigos da Venezuela e vêm aqui levantar bandeiras da impunidade.”

O presidente da Comissão de Política Exterior da Assambleia Nacional, deputado Yul Jabour, emitiu nota oficial repudiando a iniciativa dos senadores brasileiros, cuja agenda teria caracterizado uma tentativa de “impôr uma chantagem internacional” e fortalecer “uma falsa matriz de opinião contra a Venezuela”.

O Defensor do Povo (espécie de Ombudsman), Tareck William Saab, afirmou que a visita teria por objetivo “difamar o governo da Venezuela”.

No mesmo sentido, a segunda vice-presidente da Assambleia Nacional, Tania Díaz, afirmou que a presença dos senadores da Comissão anterior visava “isolar o país” e “sabotar as tentativas de integração” na região.

O Comitê de Vítimas das guarimbas divulgou nota condenando o fato de que os senadores brasileiros “advoguem pela libertação dos autores materiais e intelectuais dos atos de violência política que ocorrem em nosso país durante os meses de fevereiro a junho de 2014, especialmente Leopoldo López e outros dirigentes políticos que promoveram o plano insurrecional “A Saída”, que gerou a morte de 43 pessoas e 878 feridos.” Ainda, os familiares das vítimas da violência política disseram exigir “que não continuem usando os ‘direitos humanos’ como instrumento político para tentar justificar e legitimar atos que constituem verdadeiros atos de violência e delitos, e que não tentem ‘invisibilizar’ as vítimas da violência instigada politicamente por setores radicais da oposição venezuelana.” E solicitaram uma reunião com os senadores da Comissão anterior, a qual não estava na programação organizada pela oposição venezuelana que os acompanhava.

III – OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS

A Comissão Externa deslocou-se até a cidade de Caracas na noite do dia 24 de junho, em avião da Força Aérea Brasileira, que decolou da base aérea de Brasília às 19h00, tendo pousado em Caracas, no Aeroporto de Maiquetia, próximo das 24h00. No retorno, a decolagem de Caracas deu-se às 23h00 do dia 25 e o pouso em Brasília às 4h00 do dia 26.

Os trabalhos da Comissão contaram com o acompanhamento da TV Senado e da TV 15, que transmitiu ao vivo as reuniões com os familiares de vítimas das guarimbas e os familiares dos assim denominados “presos políticos”. Os vídeos respectivos estão disponíveis no endereço www.robertorequia.com.br

Outrossim, a programação contou com ampla cobertura da imprensa venezuelana, brasileira e latinoamericana.

O COMITÊ DE VÍTIMAS DAS guarimbas

No dia 25, a primeira atividade da Comissão foi ouvir o Comitê das Vítimas das Guarimbas.

Embora fosse natural que o Comitê fosse ouvido pela Comissão, a oitiva passou a ser ainda mais recomendável em vista das denúncias que o Comitê fez divulgar na imprensa internacional de que a Comissão anterior "não teria atendido aos seus pedidos de audiência porque, sempre na visão das vítimas das guarimbas os senadores brasileiros dela integrantes, defendem "a impunidade dos autores materiais e intelectuais de atos de violência política" sem aceitar ouvir as vítimas atos violentos.

A reunião realizou-se no Hotel Meliá Caracas. Falaram pelo Comitê as senhoras Yendré Velásquez e Dessiré Cabrera e o senhor Bastardo.

O termo guarimbas é utilizado na Venezuela para designar os protestos contra o governo organizados em zonas residenciais nos quais as ruas eram bloqueadas com a utilização de toda sorte de materiais perigosos (pedras, lixo, madeira e pneus em chamas e mesmo fios de arame farpado cruzando as ruas de lado a lado).

O Comitê congrega 63 familiares de pessoas que sofreram algum dano, não apenas em decorrência das guarimbas em si, como também outros atos violentos verificados durante os protestos contra o governo de fevereiro a junho de 2014, como ataques a tiro e ataques a prédios públicos, do que são exemplos os incêndios do edifício do Ministério Público, no qual morreram duas pessoas, e de parte do Ministério da Habitação.

Por “vítimas” o Comitê entende não apenas vítimas fatais, mas todas as pessoas que sofreram algum tipo de dano material ou moral de monta durante as manifestações, a exemplo das crianças de três meses a três anos do berçário e da creche que funcionava no Ministério da Habitação, cujo edifício teria sido parcialmente incendiado durante manifestação convocada por Leopoldo Lopez, que sofreram risco de morte por sufocamento, ao final evitada pela ação dos bombeiros. E, neste caso particular, vítimas são, no dizer do Comitê, os pais das referidas crianças, como é o caso da senhora Dessiré Cabrera, ouvida pela Comissão Externa.

As guarimbas foram vastamente utilizadas como forma de protesto contra o governo em fevereiro de 2014, especialmente no dia 12. Delas resultaram 43 mortos e 878 feridos. Segundo o Comitê, do total de mortos cinco eram estudantes, seis guardas nacionais, três policiais nacionais e um promotor de Justiça.

Respondendo a pergunta do senador Lindbergh Farias a respeito da identidade e do perfil social das pessoas que morreram nas manifestações, representantes do Comitê responderam que as famílias se congregaram para constituí-lo justamente porque as vítimas estavam sendo invisibilizadas pela grande mídia privada nacional e internacional, que as caracterizava como sendo todas estudantes, quando, na verdade, morreram, em sua maioria, guardas nacionais, trabalhadores e pessoas comuns transeuntes. Foi mencionado o caso de um motociclista que morreu degolado pelo choque com um arame farpado estendido de lado a lado de uma rua bloqueada por uma “guarimba”.

Outra forma de violência durante as manifestações foram os assassinatos praticados por franco atiradores. A Comissão ouviu o depoimento da senhora Yendry Velásquez, viúva de Ramso Ernesto Bracho Bravo, capitão da Guarda Nacional, morto por um tiro durante a tentativa de controlar uma “guarimba”.

Referido também o caso de uma professora de origem chilena, Gisela, mãe de três filhos. A professora, não suportando mais o bloqueio da rua por uma guarimba em frente da sua casa, teria resolvido limpar a calçada dos entulhos. Ao tentar fazê-lo teria sido assassinada por um “guarimbeiro”.

A Comissão ouviu também o pai de Hender Bastardo Agreda, morto por um tiro aos 21 anos de idade, quando participava de uma caravana que celebrava a vitória do então candidato Nicoláz Maduro.

Ao responder a pergunta do senador Telmário Mota a respeito da legitimidade do resultado das eleições, os representantes do Comitê disseram que as eleições foram auditadas e constituíram uma decisão do povo.

Respondendo a pergunta do senador Telmário Mota relativamente à imparcialidade da Justiça, os representantes do Comitê manifestaram o seu desejo de que todos os responsáveis sejam punidos, sejam eles governistas ou oposicionistas. Expressaram a sua repulsa à violência e o respeito à ordem constitucional.

O Comitê responsabiliza políticos de oposição, especialmente Leopoldo Lopez, Maria Corina Machado e Daniel Ceballos, como responsáveis (“autores intelectuais”) dos atos violentos ocorridos em 2014. Leopoldo Lopez conclamou os estudantes à realização de atos não pacíficos e para que não saíssem das ruas enquanto o governo não caísse.

Para firmar tal acusação, ao final dos depoimentos, o Comitê expôs à Comissão um vídeo, que anexamos ao presente relatório. Igualmente em mídia anexa a íntegra dos depoimentos e dos debates dos representantes do Comitê com os senadores da Comissão

Externa. Também em anexo, material impresso distribuído pelo Comitê durante a audiência.

Em manifestação final, os membros do Comitê reiteram o agradecimento pela oportunidade de serem ouvidos pelo Parlamento brasileiro, ocasião em que o senador Roberto Requião apresentou, em nome da Comissão Externa, convite para que representantes do Comitê visitem o Senado para que sua posição e suas reivindicações sejam dadas ao conhecimento da sociedade brasileira. Neste momento Senadora Vanessa Grazzintin deu conhecimento que já existe um requerimento de sua autoria para a realização de uma audiência pública para ouvir o Comitê de Vítimas das Guarimbas.

FAMILIARES DE PRESOS

Em seguida à reunião com o Comitê de Vítimas das guarimbas , a Comissão dirigiu-se à sede do Partido da Vontade Popular – PVP para ouvir os relatos e reivindicações de dirigentes políticos de oposição e familiares de cidadãos venezuelanos presos supostamente em razão do exercício dos seus direitos políticos. Seriam, assim, presos políticos.

Do ponto de vista do governo venezuelano, tais cidadãos foram presos sob o devido processo legal, não por suas opiniões ou atividades políticas de natureza pacífica, mas pela infringência de normas legais de natureza criminal comum, como a incitação à violência, dentre outras. Seriam, assim, políticos presos e não presos políticos.

Participaram da reunião, realizada na sede do Partido da Vontade Popular – PVP Frederico (Freddy) Guevara, atual presidente do Partido, substituto de Leopoldo López; David Smolansky, Prefeito do município de Hatillo; Lilian Tintori, esposa do líder político Leopoldo López; Mitzy Ledezma, esposa de Antonio Ledezma,

prefeito de Caracas; Richard Blanco, deputado federal (nacional); Juan Guaidó, deputado que estava preso, em greve de fome; Ingrid Diaz, mãe do jovem Rosmit Montilla, líder LGBT que está preso, segundo ela, “sem processo”.

Durante a reunião, foi entregue à Comissão uma lista de presos políticos, num total de 49 (anexa). Ao serem inquiridos pela Comissão por que a lista continha número menor do que os alegados 70 presos, foi respondido que os ativistas e familiares presentes representavam apenas aqueles que autorizam que os seus nomes sejam objeto de divulgação. Não obstante, pedem pela libertação de todos os presos.

De modo especial, foram tratados na reunião os casos de Leopoldo López e Antonio Ledezma.

Leopoldo López está preso desde 18 de fevereiro de 2014, acusado “instigação pública, danos à propriedade, incêndio em grau de autor intelectual e formação de quadrilha”. Sua esposa, Lílian Tintori, foi ouvida pela Comissão.

Lilian Tintori agradeceu a presença da Comissão e sua disposição em ouví-la e aos demais opositores do governo. Disse que a Venezuela vive um momento difícil e que a Comissão anterior de senadores “foi atacada”, “as estradas foram trancadas”, ela “estava na camionete com os senadores e sentiu muito medo”. Pediu a intervenção humanitária em favor da liberdade de Andrés León, que estaria gravemente enfermo.

Em relação ao seu marido, a senhora Lilian Tintori disse que já foram realizadas 52 audiências judiciais e não restou demonstrada a prática por ele de ato violento que justificasse a prisão. Pediu que a Comissão visitasse a Leopoldo na prisão, afirmou que não foi permitido que fosse atendido por seu médico pessoal e que não teve assistência médica durante os 30 dias da greve de fome. Disse que desde o dia 21 de junho não consegue visitar o seu

marido, que ele ficou isolado durante nove meses, que somente pode vê-lo o seu advogado. Nas audiências judiciais não se admite a entrada de políticos nem observadores internacionais. Leopoldo se encontraria em uma “solitária”: um edifício com 13 celas no qual ele é o único preso. Ele encerrou greve de fome de 30 dias porque foram marcadas as eleições.

Disse ainda a senhora Lilian Tintori que Ernesto Samper, Secretário Geral da Unasul, a OEA e a União Européia “visitarão” a Venezuela nas eleições.

Relatou que da chegada da nossa Comissão a Caracas foram liberados ontem dois presos políticos e que a luta pela libertação de todos os “presos políticos” continua. Disse que “os que estão presos desde 12 de fevereiro de 2014 (dia de manifestações e guarimbas mais intensas) são a prioridade”.

Afirmou que há duas pessoas presas por terem feito um twitter: Leonel Sánchez e Inés Sanchez. Os “presos políticos” seriam inocentes. Os presos seriam em número de 75.

A Comissão ouviu também a senhora Mitzy Ledezma, esposa do prefeito de Caracas Antonio Ledezma. Ela prestou um reconhecimento aos senadores brasileiros que estiveram em Caracas na semana anterior (Comissão anterior). O seu marido teria sido sequestrado por quase onze horas. Esteve preso na Penitenciária de Ramo Verde. Atualmente encontra-se em prisão domiciliar. Pediu que a Comissão o visite. Ele estaria preso sem saber a razão: os opositores estão sob risco e podem ir presos pela simples razão de serem opositores.

A senhora Mitzy Ledezma falou ainda a respeito da “inabilitação” (cassação dos direitos políticos). Disse que a inabilitação vem sendo utilizada pelo governo como uma forma de impedir a participação política de opositores que apresentam chances

concretas de vitória eleitoral. É o que teria ocorrido com a deputada Maria Corina Machado e com o prefeito Antonio Ledezma. A a inabilitação seria uma arma do governo para “frear a oposição.”

O deputado federal (nacional) Richard Blanco, que integra a delegação da Venezuela no Parlamento do Mercosul, também foi ouvido pela Comissão. Ele expressou a sua satisfação com o fato de a Comissão haver ingressado na Venezuela, o que não teria conseguido a Comissão anterior. Disse que na Venezuela não há liberdade de oposição. Na Assembleia Nacional (o parlamento venezuelano) vários deputados foram “desaforados”, ou seja, perderam o mandato. Lamentou que 43 pessoas tenham sido mortas durante as manifestações de 2014. Disse que há 63 deputados de oposição, num total de 165. Na Assembleia Nacional não haveria possibilidade de discutir problemas reais do país, porque o debate é obstaculizado pela maioria governista. Disse também que ocorreram 25 mil mortes violentas no ano passado, sem que o governo faça nada de substancial.

O deputado pediu “fiscalização” internacional para as eleições de dezembro. O mesmo partido está no poder há 16 anos e tudo se aprova atropelando a oposição. Segundo ele, US\$ 1,7 bi de dólares entraram no país pela renda do petróleo. Disse que o Partido da Vontade Popular é integrante da Internacional Socialista. Pede que a Comissão interceda em favor dos “presos políticos”.

Em referência à frustrada visita da Comissão de senadores anterior, colocou em dúvida as explicações do governo venezuelano. Disse que o governo deu quatro razões distintas para que a Comissão anterior não pudesse cumprir a sua agenda: trancamento do túnel, fila nominal, um acidente teria provocado engarrafamento e a chegada de um preso extraditado da Colômbia.

Foi ouvido também o prefeito de oposição David Smolawsky, do município de Hatillo. Disse que 72 prefeitos pertencem aos

partidos que compõem a Mesa da Unidade Democrática – MUD. Tais municípios abrangem 45% da população. Os prefeitos da oposição estariam sendo ultrajados pelo governo nacional. Dos 72 prefeitos de oposição, 33 teriam sofrido prisão, investigação ou destituição. Daniel Cevallos, prefeito de San Cristovan, teria sido preso no terceiro mês de mandato. Está preso desde 19 de março de 2014 e fez uma greve de fome por vinte dias. Não lhe é permitido que um médico de confiança o examine. Cevallos esteve em prisão comum, com risco para sua vida.

Disse o prefeito David Smolansky que a prefeita de Páez, na fronteira com a Colômbia, foi destituída. Alguns prefeitos teriam sido destituídos por não garantir o livre trânsito, por supostamente apoiar as manifestações e guarimbas. Segundo ele, na Venezuela o governo nacional não respeita os prefeitos, a autonomia local, nem os direitos humanos. Disse que o Alto Comissariado para os Direitos Humanos e mais de trinta ex-presidentes da República de diversos países manifestaram seu repúdio ao tratamento dado aos direitos humanos na Venezuela. Ao final, disse que o Brasil, “por seu peso”, pode ajudar à transição democrática.

Na mesma ocasião, a Comissão ouviu a senhora Ingrid Diaz, mãe do jovem Rosmit Montilla, líder LGBT que está preso, segundo ela, “sem processo”. Disse que o seu filho, estudante de comunicação social, foi preso juntamente com o seu avô, quando “120 agentes entraram em sua casa”. O avô foi solto na tarde do mesmo dia, com problemas de saúde. Segunda ela, não existem provas contra o seu filho. Ele teria sido denunciado por um “cooperante” (delator). O promotor de Justiça teria dito que não há qualquer prova contra o seu filho. Como ela vive no estado de Táchira só tem condições de ver o filho uma vez por semana.

Em resposta à pergunta do senador Telmário Motta a respeito de haver do uso de milícias pelo oficialismo para o combate às manifestações, foi respondido que tanto foram utilizadas forças regulares como milícias. Como exemplo, afirmaram que Remzo

Prieto teria sido levado preso em motocicleta particular e que haveria vídeos provando o fato.

Em resposta a pergunta do senador Telmário Motta, os participantes afirmaram de que a Justiça da Venezuela não é livre. Citaram documento da ONU detectando que na Venezuela que “há 97% de impunidade”.

O senador Requião afirmou que a Comissão adentrou o território da Venezuela não por qualquer tipo de favor do governo ou do oficialismo venezuelano. Disse tratar-se de uma Comissão oficial do Senado do Brasil. Não uma Comissão de senadores oficialistas, uma “Comissão chapa branca”, mas de senadores independentes. Mencionou como exemplo a sua própria posição política, de críticas recorrentes à presidente Dilma. Disse ainda que os senadores da Comissão anterior não tinham como propósito defender os direitos humanos na Venezuela mas sim fazer oposição à presidente Dilma.

O senador Requião afirmou que os senadores da Comissão que ele integra não são nem a favor nem contra o governo da Venezuela. Para confirmar essa afirmação, o senador lembrou que foi eleito para a presidência da Eurolat, disputando e vencendo o oficialismo venezuelano, durante sua plenária anual em Bruxelas nos dias 2 a 5 de maio de 2015. Disse também que os participantes da reunião poderiam contar com o apoio dos senadores da Comissão atual na defesa dos direitos civis.

O senador Requião reafirmou que os senadores da Comissão não se posicionam a favor de um lado ou outro na disputa política interna da Venezuela. No entanto, perguntou qual a posição política da oposição da Venezuela em relação ao papel do Estado. Em seguida, fez uma análise do surgimento do Estado social e sua desconstrução pelo capital, especialmente financeiro, que precariza o trabalho, o parlamento, o Estado.

Para exemplificar sua posição, o senador Requião apontou o equívoco da posição do governador Capriles, em entrevista recente ao jornal espanhol *El País* no sentido de aconselhar ao povo espanhol a não permitir que a Espanha se permita transformar em Venezuela. Para o senador, o que a Venezuela deve evitar é a sua transformação em Espanha, onde o capital financeiro predomina e precariza o trabalho e Estado, levando ao desespero de milhões de famílias. A destruição do estado social espanhol, lembrou o senador, teve o papel ativo do ex-premiê Felipe González, que agora vem dar conselhos ao povo venezuelano.

Em resposta ao senador Requião, a senhora Mitzy Ledezma, defendeu o espanhol Felipe González, que, segundo ela, teria ido à Venezuela “defender os direitos humanos”. Ela disse que não aceita que Felipe González e os defensores dos direitos humanos sejam desqualificados, como faz o governo venezuelano, que só deixa entrar na Venezuela quem ele quer. O senador Requião disse então que, com os seus 73 anos, conhece a Venezuela desde o tempo em que o bushel estava a US\$ 4, enquanto o mercado internacional o comercializava a US\$ 142. Afirmou que há um interesse internacional sobre a Venezuela e que “não devemos deixar que os direitos humanos sirvam de escudo para isso.”

O senhor Freddy Guevara, coordenador do grupo venezuelano presente à reunião, disse que está à frente do Partido da Vontade Popular em substituição temporária a Leopoldo López, atualmente preso. Ressaltou que se apenas EUA, Chile, Colômbia apoiam os direitos humanos na Venezuela, a sociedade entenderá que apenas aqueles países olham por ela. Por isso, o Brasil, Argentina e Uruguai precisam servir de ponte com o governo venezuelano para a promoção do diálogo e da solução pacífica dos conflitos.

Freddy Guevara disse, ainda, que a prioridade dos partidos de oposição é a realização de eleições transparentes e justas, liberdade e a restituição de democracia.

Ao final da reunião, do lado de fora da sala esperavam os senadores e os ativistas venezuelanos uma grande quantidade de repórteres. Contaram-se dezenas de microfones de televisão e de rádio. O senador Roberto Requião falou pela Comissão. Disse o objetivo da Comissão é buscar colaborar com o processo democrático e promover a concórdia entre os vários grupos. Disse que, embora os senadores possam ter posições particulares, a Comissão não defende um ou outro lado na disputa política da Venezuela, porque é uma Comissão oficial do Senado brasileiro. Ao final, disse que a Comissão ouvirá a oposição, a situação e as autoridades legislativas e que, em princípio, os senadores que a integram são contra a prisão de participantes do processo político.

REUNIÃO COM A MESA DE UNIDADE DEMOCRÁTICA

Em seguida à reunião com os familiares de alguns dos assim denominados “presos políticos”, a Comissão dirigiu-se novamente ao Hotel Meliá Caracas para reunir-se com dirigentes políticos de partidos que compõe a Mesa da Unidade Democrática – MUD, também denominada Mesa da Unidade.

A MUD é uma coalizão de partidos que reúnem movimentos de oposição ao chavismo e ao governo da Venezuela. Existe desde 2006, foi formalizada em 23 de janeiro de 2008 por um documento denominado Acordo de Unidade Nacional e foi reestruturada em 8 de junho de 2009.

Representaram a MUD no encontro com a Comissão os senhores Jesús “Chúo” Torrealba (Secretário Nacional da Mesa desde 24 de setembro de 2014, em substituição a Ramón Guillermo Aveledo, que renunciou em julho daquele ano), Franco Casella (Coordenador Nacional do Partido Vente Venezuela), Edmundo González (Coordenador de Relações Internacionais da MUD), Freddy Guevara (PVP - Partido da Vontade Popular), Lilia Tintori (PVP), Mitzy

Ledezma (PVP) e Maria Tereza (representando a ex-deputada Corina Machado). Vários outros dirigentes políticos acorreram à reunião mas não puderam aguardar o seu início, longamente retardado em razão do prolongamento da reunião com familiares de presos na sede do Partido da Vontade Popular.

Os representantes da MUD manifestaram o seu agradecimento pelo comparecimento do Senado do Brasil em território venezuelano para ouvir os movimentos e partidos de oposição. Igualmente, reiteraram o seu agradecimento aos senadores da Comissão anterior, que, segundo eles, não puderam cumprir sua agenda porque tiveram sua mobilidade obstaculizada pelo oficialismo.

O secretário nacional da MUD, Jesús Torrealba, criticou declaração da presidente Dilma de que a Comissão anterior era uma ingerência na política interna da Venezuela. Para ele, ingerência é o que teria feito o Ministro para o Poder Popular das Comunidades e Movimentos Sociais, Elias Jaua, que, sem comunicar o governo brasileiro, ingressou no seu território para firmar acordos com o MST.

Em comentário à crítica do secretário nacional da MUD, o senador Requião defendeu a presidente Dilma e disse que a Comissão atual, tanto quanto a Comissão anterior, são comissões oficiais do Senado do Brasil. Disse que a Comissão anterior esteve na Venezuela com a mesma jornalista da TV Senado que acompanha a Comissão e que se a Comissão atual tivesse alguma dificuldade temporária para cumprir a agenda ficaria na Venezuela até cumpri-la, o que deveria ter sido feito pela Comissão anterior.

Novamente foi esclarecido pelos senadores da Comissão o papel da mesma na tentativa de promover o diálogo e colaborar para a normalidade do processo democrático. A respeito do assunto, o senador Telmário Motta disse que a Comissão não está a serviço de Dilma ou de Maduro, que a Venezuela é parceira do Brasil e que o

que os brasileiros não querem para o Brasil não querem para Venezuela. O que queremos, disse, é uma Venezuela democrática. O senador Lindberh reafirmou que o fundamental é que a Venezuela realize eleições limpas e que o Senado brasileiro se compromete a colaborar para que isso ocorra.

A reunião teve como ponto principal as eleições marcadas para 6 de dezembro de 2015. Segundo Torrealba, o governo está isolado, a MUD é plural e quer dar expressão política ao descontentamento popular com a situação econômica. A MUD estaria em grande vantagem eleitoral, sendo hoje uma força tem a consciência de quem vai assumir responsabilidades de poder. Afirmou que solução da crise deve ser pacífica e criticou saídas não democráticas. Repudiou discursos belicistas, “inclusive do governo”. Enfatizou a diferença entre pluralismo, conceito abrigado na Constituição, de socialismo, “como querem os governistas”.

Quanto às eleições, a MUD diz que devem ser limpas e darem-se sob algumas condições políticas. A MUD coloca em dúvida as reais condições da UNASUL – União de Nações Sul-Americanas monitorar as eleições da Venezuela. Para eles, é preciso distinguir acompanhamento eleitoral (que, jocosamente, o secretário nacional da MUD qualificou de “turismo eleitoral”) com observação eleitoral, que é regida por procedimentos padronizados e consagrados internacionalmente. Observação eleitoral, disse, é antes, durante e depois do pleito. Por essa razão, a MUD quer que, além da UNASUL, as eleições sejam objeto de observação pela OEA – Organização dos Estados Americanos e pela UE – União Europeia.

Em comentário, o senador Requião disse que, na condição de Co-Presidente da Eurolat (Parlamento Euro-Latinoamericano) e Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, proporá que as referidas assembleias parlamentares internacionais também criem comissões para acompanhar o processo eleitoral venezuelano.

A Comissão comunicou à MUD que uma das propostas que fará ao Senado brasileiro será a constituição de uma Comissão integrada por senadores de vários partidos, da situação e da oposição, para colaborar de modo permanente com as forças políticas da Venezuela. A notícia foi bem recebida pelos representantes da MUD.

REUNIÃO COM HENRIQUE CAPRILES RADONSKI

Após a reunião com a direção da Mesa da Unidade Democrática, a Comissão dirigiu-se a um edifício do governo do Estado de Miranda para reunir-se o governador Henrique Capriles Randonski. Capriles é um dos principais personagens da política venezuelana. Foi eleito deputado nacional aos 25 anos pelo partido COPEI – Comitê de Política Eleitoral Independente (ou Partido Social Cristão) e logo assumiu a vice-presidência e a presidência da Câmara dos Deputados entre 1999 e 2000.

Em 2000 criou fundou o partido Primeira Justiça, com Leopoldo López e se aliou ao International Republican Institute, braço internacional do Partido Republicano dos EUA. O então presidente George Bush teria granjeado vasto apoio ao novo partido, inclusive apoio financeiro e logístico através da NED (National Endowment for Democracy).

Em 2000, foi eleito prefeito de Baruta, distrito metropolitano de Caracas, reeleito em 2004. Em 2008, elegeu-se governador do estado de Miranda. Após vencer as eleições primárias da MUD – Mesa da Unidade Democrática, afastou-se do cargo de governador para disputar as eleições presidenciais de 7 de outubro de 2012, tendo sido derrotado por Hugo Chávez.

Com a morte de Chávez, em 5 de março de 2013, foram convocadas eleições para 14 de abril daquele ano. Capriles as disputou novamente. O vencedor foi atual presidente Nicolás Maduro pela

pequena diferença de 220 mil votos (50,66% de Maduro contra 49,07% de Capriles). Dias depois da derrota nas eleições para Presidente, candidata-se à reeleição para o cargo de governador de Miranda, sendo vitorioso.

Capriles notabilizou-se internacionalmente por haver supostamente participado do cerco e ataque à embaixada de Cuba, ocorrida no dia 12 de abril de 2002, um dia depois do golpe de estado contra o presidente Hugo Chávez. A embaixada cubana localiza-se no município de Baruta, do qual Capriles era prefeito. Por essa razão esteve preso.

Não aceitou o resultado das eleições presidenciais de 2013, vencidas por Nicolás Maduro por 50,66% contra 49%, tendo denunciado supostas irregularidades na sua apuração. Chegou a levar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A conversa com Capriles foi privada. À imprensa foi permitido adentrar a sala depois da reunião para fotografia.

No que pode ser objeto deste Informe público é possível dizer que Capriles manifestou à Comissão ser francamente favorável à participação do Brasil na promoção do diálogo entre as forças políticas da Venezuela. Disse que, por seu peso na região, o Brasil é ator chave no suporte ao processo democrático no país.

Segundo Capriles, a negociação entre o governo e as forças de oposição para a consolidação da democracia com a realização das eleições de 6 de dezembro e o compromisso de aceitação do seu resultado deve começar desde já. E, repetiu algumas vezes, o Brasil deve ser protagonista nesse processo.

Capriles disse à Comissão que deseja visitar o Brasil e o Congresso Nacional para “mostrar a nova cara da oposição venezuelana”. De fato, Capriles marca o seu discurso político atual pela repulsa às soluções de força, pela apostila nas eleições e por uma forte inflexão no sentido de prestar reconhecimento a aspectos do legado de Chávez na promoção social da população. Busca abertamente apoio nas bases populares chavistas. Em recente entrevista ao jornal espanhol El País, em 14 de junho de 2015, Capriles diz que mudou, amadureceu, que os protestos de 2014 (manifestações e guarimbas) foram um erro, que não haverá mudança social na Venezuela que passe apenas pela classe média, mas por reivindicações de natureza econômica e social.

REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL DIOSDADO CABELLO RONDÓN

O derradeiro compromisso da Comissão foi a reunião com o deputado nacional Diosdado Cabello, presidente da Assembléia Nacional. Figura central do bolivarianismo e do PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela, do qual foi vice-presidente quando a presidência era ocupada por Hugo Chávez. Foi governador de Miranda, vice-presidente da República, Ministro da Infraestrutura. Esteve sob sua responsabilidade organizar os círculos bolivarianos, estruturas horizontais de ação política e ajuda mutua entre setores populares. Em seguida à deposição do golpista Pedro Carmona, em 2002, ocupou por curíssimo período a presidência da República até o retorno ao posto do presidente Hugo Chávez.

A Comissão relatou ao chefe do Poder Legislativo os objetivos da Comissão e os trabalhos levados a cabo em território venezuelano. O presidente Diosdado Cabello deu boas-vindas à Comissão e manifestou sua satisfação com o êxito dos trabalhos desenvolvidos.

Com relação às eleições de 6 de dezembro de 2015, expressou otimismo com a vitória do seu partido, o PSUV, e das forças políticas que apoiam a continuidade e o aprofundamento do processo de transformação social e econômica iniciada pelo presidente Hugo Chávez.

Segundo ele, tendo em conta a tradição golpista das elites venezuelanas, se alguma preocupação deve haver quanto à aceitação do resultado eleitoral de 6 de dezembro deve ser com os partidos da oposição. São eles, disse, que não aceitaram os resultados eleitorais no passado. Neste sentido, lembrou os acontecimentos de abril de 2002 (golpe contra Hugo Chávez) e entregou à Comissão cópia do Diário Oficial de 31 de dezembro de 2007 (anexo), em que foi publicado o Decreto nº 5.790, firmado pelo presidente Hugo Chávez Frias. O Decreto concedeu anistia aos venezuelanos que praticaram atos ilegais, tais como a assinatura do “Decreto do Governo de Fato” de 11 de abril de 2002, um dia depois do golpe, firmado por Leopoldo López, e a privação ilegítima de liberdade do então Ministro do Interior e da Justiça Ramón Rodríguez Chacín, praticada por Leopoldo López (então prefeito de Chacao) e Henrique Caprilez (então prefeito de Baruta).

O presidente Diosdado Cabello reforçou a importância da integração regional e das instituições regionais como o Mercosul e a UNASUL. Disse também que a participação do Brasil e do Congresso Nacional brasileiro na observação eleitoral na Venezuela é bem vinda.

A REUNIÃO PREVISTA COM A MINISTRA DE RELAÇÕES EXTERIORES

Embora fosse desejo da Comissão conversar com autoridades do governo da Venezuela, priorizou as reuniões com os movimentos sociais, partidos políticos de oposição e com o presidente da Assembleia Nacional.

Em razão da amplitude da programação que foi cumprida pela Comissão nas longas horas que esteve em Caracas – e os atrasos naturais em agenda tão apertada -, não foi possível realizar a reunião que estava prevista com a Ministra de Relações Exteriores, Delcy Rodríguez.

IV – OS RESULTADOS OBTIDOS

A Comissão teve como norte de sua ação na Venezuela os termos do mandato que decorre da aprovação pelo plenário do Senado do Requerimento N° 713/2015.

Nestes termos, a Comissão considera que cumpriu a finalidade para a qual foi criada, qual seja, a de “de verificar in loco a situação política, social e econômica da República Bolivariana da Venezuela, estabelecendo para tanto os contatos necessários e possíveis com as autoridades constituídas e representantes legítimos da sociedade venezuelana”

De fato, a Comissão atuou no sentido de buscar conter a “escalada da tensão política que envolve o processo democrático na Venezuela e a muitas vezes impensada exploração partidária e midiática das dificuldades que atravessa aquele país amigo”, tendo exercido a necessária ação pacificadora que se espera do Senado Federal brasileiro.

A Comissão atendeu também ao objetivo, característico da diplomacia parlamentar, de “identificar e promover as condições de diálogo interno, pacificação e redução da agressividade que tem marcado o processo democrático venezuelano.”

A Comissão marcou sua programação e suas declarações pelo atendimento “às exigências de isenção e imparcialidade que a gravidade do momento delicado requer”, jamais “pela indução ao

acirramento dos ânimos, tanto para atingir objetivos na política interna brasileira como para fortalecer um dos lados na disputa democrática venezuelana. “

Enfim, a Comissão desenvolveu em território venezuelano uma “ação parlamentar que abra os caminhos para o diálogo interno e promova as condições para o debate sereno dos problemas venezuelanos.”

V- A ATUAÇÃO DO ITAMARATY

A embaixada brasileira na Venezuela concedeu à Comissão o apoio requerido para situações de mesma natureza. Assim como o fez em relação à Comissão anterior do Senado. A praxe diplomática determina que a embaixada, através do Adido Militar, providencie autorização para sobrevoo e pouso da aeronave que conduz a delegação. Estabelece que, quando se tratar de delegação de alto nível, o embaixador receba pessoalmente os seus integrantes, determine diplomata para servir de ligação e coloque-se à disposição para qualquer necessidade durante o período de estadia no país. Ademais, recomenda que se ocupe de aspectos cruciais de infraestrutura logística para a mobilidade da delegação. Isso foi feito tanto para a Comissão anterior como para a nossa Comissão, como é de conhecimento dos senadores de ambas.

O embaixador brasileiro em Caracas, Ruy Pereira, cumpriu de modo estrito e eficiente o referido protocolo tanto para a nossa Comissão como para a Comissão anterior. A autorização para sobrevoo e pouso foi providenciada, fomos recebidos à porta do avião no pouso e para a decolagem, um funcionário foi posto à disposição, um veículo foi-nos oferecido e ele colocou-se à disposição durante todo o dia em caso de necessidade.

O embaixador não acompanhou a programação da Comissão, como não acompanharia a Comissão anterior, porque, por um lado,

significaria ingerência governamental em assuntos de natureza parlamentar e, por outro, ingerência do governo brasileiro em assuntos internos da Venezuela.

VI - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Comissão constatou que os principais atores venezuelanos querem o fim da violência política, querem o aprofundamento do processo democrático e reconhecem que a realização de eleições limpas e transparentes representam a condição para a criação de condições para o desenvolvimento social e econômico.

No que se refere à liberdade de imprensa, a Comissão reconhece que não houve qualquer impedimento ao livre acompanhamento dos seus trabalhos. Destaque-se, neste sentido, que o momento de maior cobertura midiática foi o da reunião com os familiares dos assim denominados presos políticos.

A Comissão pôde verificar de maneira inequívoca a necessidade de o Brasil desempenhar o papel que lhe é naturalmente reservado na Venezuela. Os movimentos sociais, partidos de oposição, líderes políticos da oposição e da situação depositam em nosso país confiança e esperança. O Brasil é fiador natural do processo eleitoral venezuelano. As forças em disputa sabem que não basta vencer as eleições, sendo necessário que as eleições sejam legítimas e seu resultado reconhecido pelos governos da América do Sul. Daí o importante papel do Mercosul, da Unasul e, de modo especial, do Brasil.

Neste sentido e por essas razões, propomos que a criação de uma Comissão Externa, composta por senadores da base do governo e de partidos de oposição, para dar continuidade ao trabalho por nós iniciado e manter de modo permanente as ações de diplomacia as medidas de diplomacia parlamentar necessárias e adequadas ao objetivo de colaborar para que o processo democrático venezuelano

se aprofunde e se consolide com as eleições presidenciais de 6 de dezembro de 2015, sua apuração e a sagradação dos seus legítimos vencedores.

GACETA OFICIAL

DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

AÑO CXXXV - MES III

Caracas, lunes 31 de diciembre de 2007

Nº 5.870 Extraordinario

SUMARIO

Presidencia de la República

Decreto Nº 5.789, mediante el cual se concede Indulto Presidencial en beneficio de los ciudadanos que en él se indican.

Decreto Nº 5.790, con Rango, Valor y Fuerza de Ley Especial de Amnistía.

PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA

Decreto Nº 5.789

31 de diciembre 2007

HUGO CHAVEZ FRIAS
Presidente de la República

En ejercicio de las atribuciones que le confiere el numeral 19 del artículo 236 de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, al Presidente de la República,

CONSIDERANDO

Que la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela establece, dentro del Capítulo II Del Poder Ejecutivo Nacional, Sección Segunda, de las Atribuciones del Presidente o Presidenta de la República, en el artículo 236 numeral 19 la facultad de: Conceder Indultos,

CONSIDERANDO

Que el constituyente consagró, en forma sencilla, esta facultad sin hacer ninguna otra consideración en cuanto a motivación o fundamento del acto de gracia presidencial, incluso sin necesidad de hacer distinción entre el indulto que condona la pena y el llamado indulto procesal,

CONSIDERANDO

Que el indulto es una gracia que condona la pena y la hace cesar con todas sus accesorias, y persigue en cierto modo, por sentimientos de humanidad, mitigar la dureza de la ley,

CONSIDERANDO

Que el indulto es la potestad de clemencia que, excluida del control jurisdiccional, ejerce el Presidente o Presidenta de la República como medida de carácter excepcional y como un acto de gobierno, por interés público, con pleno asidero en la tradición jurisprudencial del país,

CONSIDERANDO

Que el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela en su carácter de Jefe Estado y del Ejecutivo Nacional se encuentra facultado para este acto de gobierno, conforme a lo establecido en las normas anteriores citadas,

CONSIDERANDO

Que el artículo 29 de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, prevé la exclusión del beneficio del Indulto sólo cuando los delitos cometidos sean de lesa humanidad o violaciones graves de los derechos humanos o crímenes de guerra.

DECRETA

Artículo 1º. Se concede indulto presidencial en beneficio de los ciudadanos que se indican a continuación:

Nº	APELLIDOS Y NOMBRES	CEDULA DE IDENTIDAD
1.	Acuña Escándalo, Henry Antonio	7.756.576
2.	Antunez Pérez, José Javier	10.411.607
3.	Aponte Torres, Richard Alexander	10.674.780
4.	Araujo Bello, Héctor Luis	9.443.246
5.	Barreto, Edgar José	16.585.532
6.	Barrios, Nelson Enrique	16.351.297
7.	Belix Crespo, Víctor Manuel	17.864.718
8.	Bohórquez Romero, Alcindo Alicendo	11.721.929
9.	Camacho Ferreira, Katty Daniela	16.877.996
10.	Canelón Arriola, José Cristóbal	12.011.871
11.	Canelones Ramos, Feliciano	7.656.634
12.	Carvallo Lugo, Juan José	18.125.573
13.	Ceballos, Franklin José	9.888.799
14.	Contreras Guerra, José Miguel	5.126.911
15.	Donaire Franklin, Ramón	8.782.591
16.	Escalante Castillo, Rubén Alejandro	16.562.476
17.	Flores Arías, Alexis Javier	16.765.540
18.	Flores Arías, Víctor José	9.683.593
19.	Fuente Sojo, Jean Carlos	16.331.838
20.	Fuentes, Jhony Alberto	15.883.523
21.	Gallegos Rivas, José Gregorio	14.538.439
22.	García Ramírez, Nicolás	7.452.397
23.	González Díaz, Jorge Luis	17.483.703
24.	Hernández García, Yanireth Johana	16.815.371
25.	Jalme Hernández, Jorge Luis	14.537.050
26.	Jiménez Colmenares, Jhoan Jesús	15.884.104
27.	Jiménez Zambrano, Renny Rafael	16.612.861
28.	Marín Ochoa, Ronald José	15.831.247
29.	Mejías Vera, Edier	15.880.752
30.	Mendoza García, Jorge Luis	6.016.037

31.	Mendoza Zabala, Omar Francisco	16.700.564
32.	Mero Gómez, Gina Isabel	E-82.266.997
33.	Moreno, Antonio Motés	3.835.119
34.	Naveda González, Nelson Eduardo	13.875.429
35.	Pinto Sevilla, Gustavo	7.588.774
36.	Villanuel Núñez, Ronald Alberto	9.891.617

Artículo 2º. De conformidad con lo previsto en el artículo 491 del Código Orgánico Procesal Penal, remítase al Tribunal de Ejecución copia auténtica de este Decreto para que, conforme a él ordene lo conducente.

Artículo 3º. El Ministro del Poder Popular para Relaciones Interiores y Justicia, queda encargado de la ejecución del presente Decreto.

Artículo 4º. El presente Decreto entrará en vigencia a partir de la fecha de su publicación en la Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela.

Dado en Caracas, a los treinta y un días del mes de diciembre de dos mil siete. Años 197º de la Independencia y 148º de la Federación, en plena Revolución Bolivariana.

Ejecútese,
(L.S.)



HUGO CHAVEZ FRIAS



PEDRO CARREÑO ESCOBAR

Decreto N° 5.790

31 de diciembre de 2007

HUGO CHAVEZ FRIAS
Presidente de la República

En ejercicio de la atribución que le confiere el numeral 8 del artículo 236 de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela y de conformidad establecido en el numeral 6 del artículo con lo previsto en el artículo 1º de la Ley que autoriza al Presidente de la República para dictar Decretos con Rango, Valor y Fuerza de Ley en las materias que se delegan, publicada en la Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela N° 38.617, de fecha 1 de febrero de 2007, en Consejo de Ministros,

DICTA

El siguiente,

**DECRETO CON RANGO, VALOR Y FUERZA DE LEY
ESPECIAL DE AMnistía**

Artículo 1º. Se concede amnistía a favor de todas aquellas personas que enfrentadas al orden general establecido, y que a la presente fecha se encuentren a derecho y se hayan sometido a los procesos penales, que hayan sido procesadas o condenadas por la comisión de delitos en los siguientes hechos:

- A. Por la redacción del Decreto del Gobierno De facto del doce (12) de abril de 2002,
- B. Por firmar el Decreto del gobierno De facto del doce (12) de abril del 2.002,
- C. Por la toma violenta de la Gobernación del Estado Mérida el doce de abril del 2.002,
- D. Por la privación ilegítima de la libertad del Ciudadano Ramón Rodríguez Chacín, Ministro de Interior y Justicia el doce (12) de abril del 2.002,
- E. Por la Comisión de los Delito de Instigación a Delinquir y Rebelión Militar hasta el dos de diciembre de 2.007,
- F. Por los hechos acaecidos el once (11) de abril de 2.002 en Puente Llaguno, en aquellos delitos en los cuales no se haya incurrido en ofensa de lesa humanidad,
- G. Por la Toma violenta de la Alcaldía del Municipio Junín del Estado Táchira, en Abril del 2.002,
- H. Por la toma violenta a la Gobernación del Estado Táchira en perjuicio del Gobernador Ronald Blanco la Cruz el doce (12) de abril del 2.002,
- I. Por el allanamiento de la Residencia de la Diputada Iris Varela en abril de 2.002,
- J. Por el ingreso a la fuerza, al Palacio de Justicia de la Circunscripción Judicial del Estado Táchira el doce (12) de abril de 2.002,
- K. Por la toma violenta de las instalaciones de la planta televisiva Venezolana de Televisión,
- L. Por los hechos violentos ocurridos en los Buques Petroleros en Diciembre de 2.002.
- M. Por los hechos que configuren o constituyan actos de Rebelión Civil hasta el 02 de Diciembre de 2007.

Artículo 2º. Conforme a lo dispuesto en el artículo anterior, se extinguen de pleno derecho las acciones penales, judiciales, militares y policiales instruidas por cualquiera de los órganos del Estado, tribunales penales ordinarios o penales militares, que se correspondan exclusivamente con los hechos a que se refiere el artículo anterior.

Artículo 3º. Los organismos judiciales, militares o policiales en los cuales reposen registros o antecedentes sobre personas amparadas por la presente Ley, deberán, previa notificación y autorización del Fiscal General de la República, eliminar de sus archivos los registros y antecedentes relacionados con ellas.

De conformidad con lo dispuesto en el artículo 28 de la Constitución de la República Bolivariana de la República, las personas amparadas por la presente Ley deberán acudir a la Fiscalía General de la República..

Artículo 4º. De conformidad con lo dispuesto en el artículo 29 de la Constitución de la República Bolivariana de la República, no serán beneficiadas por la presente Ley, aquellas personas que hubieren incurrido en delitos de lesa humanidad, violaciones graves a los derechos humanos y crímenes de guerra.

Artículo 5º. A fin de dar cumplimiento a lo dispuesto en los artículos anteriores, las autoridades de investigación militar y policial en general, darán por finalizadas las averiguaciones y procedimientos relativos a los hechos a que se refiere el presente Decreto Ley. Las autoridades judiciales con competencia penal ordinaria y penal especial militar declararan el sobreseimiento de todas las causas en curso y la revisión de oficio, de las sentencias firmes para la anulación de éstas mediante sentencias de reemplazo, de todas las personas que a la presente fecha se encuentren a derecho y se hayan sometido a los procesos penales, en las causas que versen sobre los hechos en los cuales el presente Decreto Ley concede la Amnistía, así como procesar y dictar todas las medidas o providencias necesarias para asegurar la eficiencia del presente Decreto Ley, sin perjuicio de la notificación y autorización previa de la Fiscalía General de la República en todos los casos.

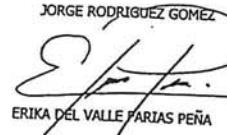
Artículo 6º. El presente Decreto-Ley entrará en vigencia a partir de la fecha de su publicación en la Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela.

Dado en Caracas, a los treinta y un días del mes de diciembre de dos mil siete. Años 197º de la Independencia y 148º de la Federación, en plena Revolución Bolivariana.

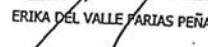
Ejecútese,
(L.S.)



Refrendado
El Vicepresidente Ejecutivo
(L.S.)

JORGE RODRIGUEZ GOMEZ


Refrendado
La Ministra del Poder Popular del
Despacho de la Presidencia
(L.S.)

ERIKA DEL VALLE PARÍAS PEÑA


Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
Relaciones Exteriores
(L.S.)

NICOLAS MADURO MOROS

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
las Finanzas
(L.S.)

RODRIGO CABEZA MORALES

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Defensa
(L.S.)

GUSTAVO REYES RANGEL BRICEÑO

Refrendado
La Ministra del Poder Popular para
las Industrias Ligeras y Comercio
(L.S.)

MARIA CRISTINA IGLESIAS

Refrendado
El Encargado del Ministerio del Poder Popular para
las Industrias Básicas y Minería
(L.S.)

JESÚS PAREDES

Refrendado
La Ministra del Poder Popular para
el Turismo
(L.S.)

OLGA CECILIA AZUAJE

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Agricultura y Tierras
(L.S.)

ELIAS JAUA MILANO

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Educación Superior
(L.S.)

LUIS ACUÑA CEDEÑO

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Educación
(L.S.)

ADAN CHAVEZ FRIAS

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Salud
(L.S.)

JESUS MARIA MANTILLA OLIVEROS

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
el Trabajo y Seguridad Social
(L.S.)

JOSE RIVERO GONZALEZ

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Infraestructura
(L.S.)

JOSE DAVID CABELO RONDON

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Energía y Petróleo
(L.S.)

RAFAEL DARIO RAMIREZ CARRÉNO

Refrendado
La Ministra del Poder Popular para
el Ambiente
(L.S.)

YUVIRI ORTEGA LOVERA

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Planificación y Desarrollo
(L.S.)

JORGE GIORDANI

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
Ciencia y Tecnología
(L.S.)

HECTOR NAVARRO DIAZ

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Comunicación y la Información
(L.S.)

WILLIAN RAFAEL LARA

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Economía Comunal
(L.S.)

PEDRO MOREJON CARRILLO

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Alimentación
(L.S.)

RAFAEL JOSE OROPEZA

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Cultura
(L.S.)

FRANCISCO DE ASIS SESTO NOVAS

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Vivienda y Hábitat
(L.S.)

RAMON ALONZO CARRIZALEZ RENGIFO

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
la Participación y Protección Social
(L.S.)

DAVID VELÁSQUEZ CARABALLO

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
el Deporte
(L.S.)

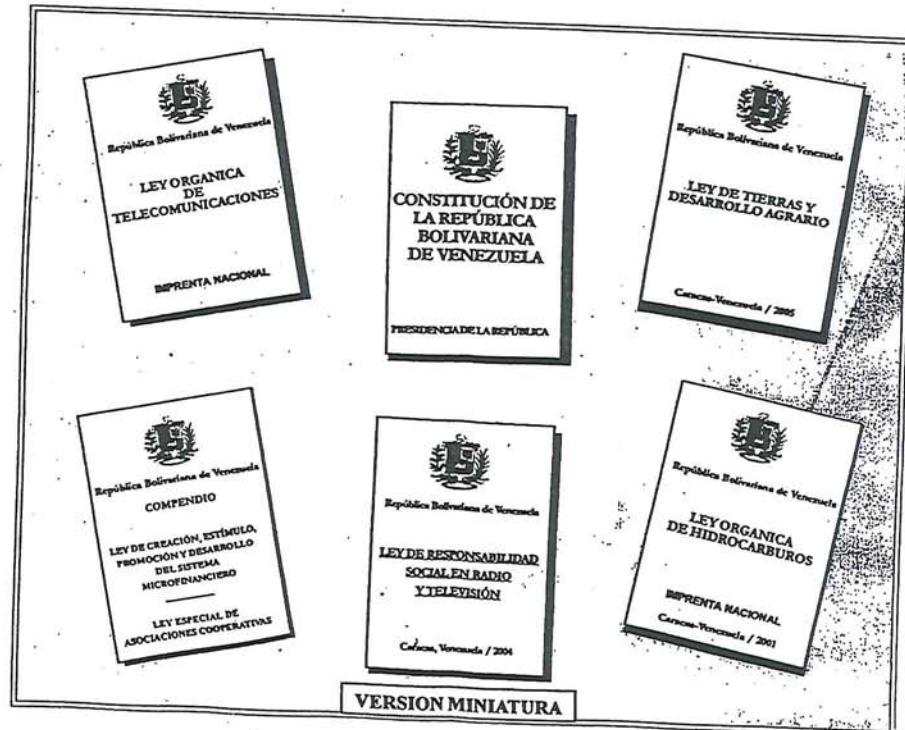
EDUARDO ALVAREZ CAMACHO

Refrendado
El Ministro del Poder Popular para
las Telecomunicaciones y la Informática
(L.S.)

JESSE CHACON ESCAMILLO

Refrendado
La Ministra del Poder Popular para
los Pueblos Indígenas
(L.S.)

NICIA MALDONADO MALDONADO



GACETA OFICIAL

DEL REPUBLICA BOLIVARIANA
DE VENEZUELA
DEPOSITO LEGAL ppo 187207DF1

LEY DEL 22 DE JULIO DE 1941

AÑO CXXXV - MES III N° 5.870 Extraordinario
Caracas, Junes 31 de diciembre de 2007

www.gacetaoficial.gov.ve
San Lázaro a Puente Victoria N° 89
CARACAS - VENEZUELA
Tarifa sujeta a publicación de fecha 14 de noviembre de 2003
en la Gaceta Oficial N° 37.818

Esta Gaceta contiene 8 Págs. costo equivalente
a 11,65% valor Unidad Tributaria

Art. 11.- La GACETA OFICIAL, creada por Decreto Ejecutivo del 11 de octubre de 1872, continuará editándose en la Imprenta Nacional con la denominación GACETA OFICIAL DE LA REPUBLICA DE VENEZUELA.

Art. 12.- La GACETA OFICIAL DE LA REPUBLICA DE VENEZUELA, se publicará todos los días hábiles, sin perjuicio de que se editen números extraordinarios siempre que fuere necesario; y deberán insertarse en ella sin retraso los actos oficiales que hayan de publicarse.

Parágrafo Unico.- Las ediciones extraordinarias de la GACETA OFICIAL tendrán una numeración especial.

Art. 13.- En la GACETA OFICIAL DE LA REPUBLICA DE VENEZUELA, se publicarán los actos de los Poderes Públicos que deberán insertarse y aquellos cuya inclusión sea conveniente por el Ejecutivo Nacional.

Art. 14.- Las Leyes, Decretos y demás actos oficiales tendrán carácter de documentos públicos por el hecho de aparecer en la GACETA OFICIAL DE LA REPUBLICA DE VENEZUELA, cuyos ejemplares tendrán fuerza de documentos públicos.

EL DIRECTOR GENERAL DE LA IMPRENTA NACIONAL Y GACETA OFICIAL DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA advierte, que esta publicación se procesa por reproducción fotomecánica directa de los originales que recibe del Consejo de Ministros, originados en los diferentes Despachos de la Administración Pública y que por consiguiente, sus trabajadores gráficos no son responsables de inserciones cuyos originales lleguen en forma defectuosa.

A LA VENTA

- Constitución de la República Bolivariana de Venezuela
- Ley de Creación, Estímulo, Promoción y Desarrollo del Sistema Microfinanciero,
- Ley Orgánica de Telecomunicaciones,
- Compendio - Ley de Creación, Estímulo, Promoción y Desarrollo del Sistema Microfinanciero - Ley Especial de Asociaciones Cooperativas,
- Ley de Tierras y Desarrollo Agrario,
- Ley Orgánica de Hidrocarburos,
- en las taquillas de la Gaceta Oficial



Versión Miniatura

COMITÉ DE VÍCTIMAS DE LA **GUARIMBA** Y EL GOLPE CONTINUADO



Por la verdad y la justicia



COMITÉ DE VÍCTIMAS DE LA GUARIMBA Y EL GOLPE CONTINUADO

Por la verdad y la justicia

victimasdelaguarimba@gmail.com

EL POR QUÉ DE NUESTRA LUCHA

Después del día siguiente en que Nicolás Maduro Moros fue electo democráticamente como Presidente de la República, el pasado 13 de abril de 2013, nuestro país ha sido víctima de acciones violentas que vulneran los derechos humanos.

Se trata de acciones de violencia política por parte sectores de la sociedad venezolana, que tienen el propósito de desconocer la voluntad mayoritaria del Pueblo expresada en elecciones, y forzar una ruptura del orden constitucional. Acciones que han sido articuladas y acompañadas por personas, partidos y gobiernos extranjeros, inclusive por organizaciones del crimen organizado y terroristas.

El mismo 13 de abril de 2013, el candidato de oposición que perdió las elecciones, el señor Henrique Capriles Radonski, convocó a sus partidarios a descargar su «arrechera» en la calle en contra de los resultados electorales que le eran adversos. En Venezuela, la palabra «arrechera» es sinónimo de rabia, odio y violencia.

Esta convocatoria pública a generar hechos de violencia con motivos políticos fue realizada a través de televisión, radio y otros medios de comunicación social,

y generó una arremetida de sus partidarios contra las personas que festejaban la victoria electoral del Presidente Maduro, así como contra instalaciones públicas dirigidas a prestar servicios públicos esenciales como salud y alimentación.

Esta acción política, responsabilidad directa del candidato perdedor de las elecciones, generó la muerte de nueve (9) personas y decenas de heridos, quienes en su mayoría se encontraban en las calles expresando su alegría por la victoria electoral obtenida. Es importante señalar que las acciones violentas incluyeron el uso de armas de fuego, y que en muchos casos fueron premeditadas.

Posteriormente, entre febrero y junio de 2014 nuestro país sufrió otra arremetida de violencia política dirigida a generar una ruptura del orden constitucional. Esta nueva ofensiva, denominada «La salida», fue convocada públicamente por partidos y dirigentes políticos de oposición, entre ellos, el señor Leopoldo López Mendoza, María Corina Machado y Antonio Ledezma.

Durante este período se combinaron manifestaciones pacíficas y legítimas que expresaban las opiniones de un sector democrático

de la población venezolana, con manifestaciones violentas, acciones terroristas y delitos en contra de las personas en general, y en particular de quienes simpatizan con el gobierno del Presidente Maduro.

Tal vez lo más grave en esta oportunidad es que los hechos de violencia fueron acompañados o avalados por gobernadores, alcaldes y alcaldesas de oposición, inclusive de sus cuerpos de policía. Con esta conducta fue notable la participación del alcalde de San Cristóbal (Táchira) Daniel Ceballos, y del municipio San Diego (Carabobo) Enzo Scarano.

En el marco de esta acción, diversas zonas del país fueron escenarios del desarrollo de «guarimbas» en sus vías de comunicación. Es decir, instalación de barricadas con todo tipo de material de desecho, con el objeto de obstaculizar la circulación de vehículos y personas. Cabe resaltar que en algunos lugares fueron puestos alambres de acero en la vía para derribar a quienes intentaran superar las barricadas a bordo de motocicletas. Un General retirado difundió en Twitter las instrucciones para esta criminal acción.

Durante todos estos sucesos, ocurridos de febrero a junio de 2014, murieron un total de cuarenta

y tres (43) personas, de las cuales veintinueve (29) fallecieron por heridas de armas de fuego, siete (7) por trampas en las vías públicas, y nueve (9) despejando los cortes de calle. La mayoría de estas personas asesinadas son responsabilidad de quienes se encontraban ejerciendo violencia política para lograr «La salida», esto es, la ruptura constitucional y el derrocamiento del Presidente Maduro.

Para describir el nivel y tipo de violencia ejercida por estos sectores resulta oportuno señalar que resultaron muertos por herida de bala nueve (9) funcionarios y funcionarias de cuerpos de policía y de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana, algunos de ellos, mientras despejaban obstáculos en la vía pública cuando ya habían cesado las manifestaciones. Adicionalmente, hubo centenares de personas heridas y lesionadas. Inclusive, incendiaron un centro público de educación inicial donde se encontraban más de noventa y cuatro (94) niños y niñas menores de seis (6) años de edad; así como centros públicos de salud cuyo personal sanitario se mantenía en su interior bajo amenazas de muerte y tras recibir agresiones físicas; y unidades de transporte colectivo público mientras se impedía salir a sus conductores, usuarios y usuarias.

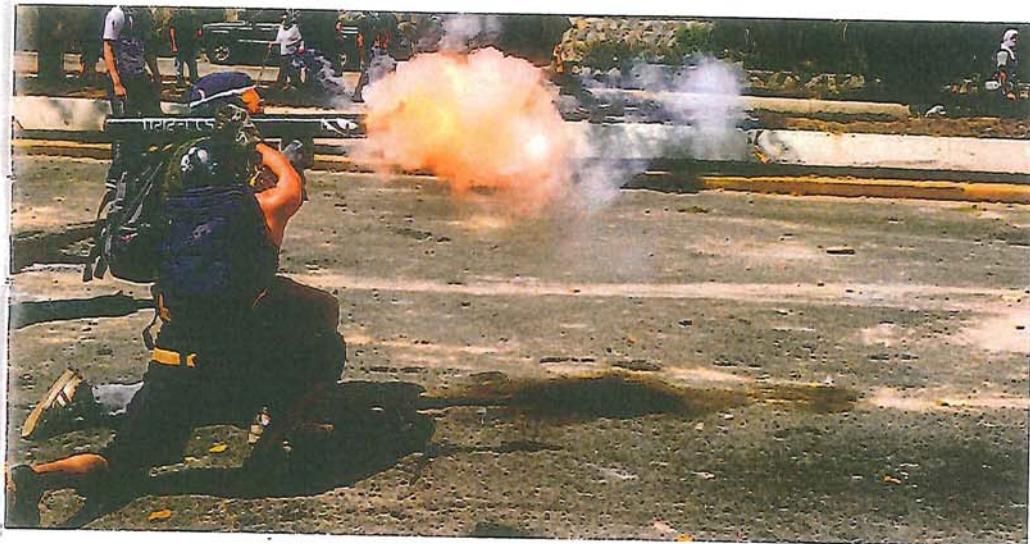
Asimismo, es necesario señalar que fueron destruidas e incendiadas infraestructuras dirigidas a prestar servicios públicos esenciales: centros de salud, escuelas, universidades, bibliotecas, locales de acopio y distribución de alimentos a precios de interés social, infraestructura de electricidad, plantas de tratamiento de agua y transporte público. Acciones que amenazaron y vulneraron los derechos humanos colectivos de la población.

Lamentablemente, todos estos hechos han sido silenciados o tergiversados por algunos medios de comunicación social y otros actores políticos, incluso por determinados organismos internacionales de derechos humanos, pretendiendo mostrar a los autores intelectuales y materiales de la violencia como víctimas del poder estatal, olvidando a quienes realmente sufrieron las consecuencias del llamado a la violencia.

Quienes integramos el Comité de Víctimas de la Guarimba y el Golpe Continuado hemos sufrido directamente estas graves violaciones a los derechos humanos. Hemos perdido a nuestros seres amados, hijos, hijas, padres, madres, hermanos, hermanas, parejas, esposos y esposas. Hemos experimentado directamente la violencia desatada por ambiciones políticas, y estamos viviendo sus consecuencias.

Por ello, nos encontramos decididos y decididas a exigir que se investigue y determine la verdad de los hechos sucedidos, quiénes fueron los responsables intelectuales y materiales de estas violaciones a los derechos humanos, cuáles fueron sus verdaderas motivaciones, y sobre todo, que se dicten las sanciones que correspondan.

Estamos convencidos y convencidas de que la justicia no se llevará a cabo hasta que la verdad de lo ocurrido sea conocida por todos y todas, dentro y fuera de nuestro país.



LA GUARIMBA

Al rememorar los hechos de febrero de 2014 y días posteriores, lo primero que se nos viene a la cabeza para intentar explicar qué es la guarimba es la palabra ira. Es así. La guarimba es la manifestación de la violencia y la ira desbordada de sectores que se oponen al Gobierno nacional, que causó la muerte de decenas de compatriotas.

Se expresa a través de la instalación en la vía pública de barricadas elaboradas con alambres de púas, guayas de acero galvanizado, aceite derramado, cauchos, colchones viejos, árboles cortados y otros materiales de desecho, con el objeto de obstaculizar la circulación de vehículos y personas. Estas barricadas son protegidas, desde sus alrededores, por personas portando armas de fuego para “defenderlas” frente a cualquier ciudadano o ciudadana que intente sobrepasarla o frente a cualquier autoridad que pretenda removerlas.

Al pensar en la guarimba nos viene a la mente la ejecución de prácticas violentas que buscaron socavar la paz y la convivencia de nuestro pueblo.

Comité de Víctimas de la Guarimba y el Golpe Continuado

Historias de algunas de nuestras víctimas



JULIO GONZÁLEZ PINTO.

Fiscal Tercero Auxiliar de la Fiscalía Superior del estado Carabobo, 46 años.

El 18 de febrero de 2014, Julio fue designado fiscal de guardia especial, en virtud de los hechos vandálicos que estaban ocurriendo en el estado Carabobo. Aproximadamente a las 11:20 p.m. salió de su casa y se dirigió a un centro asistencial para verificar el estado de salud de los afectados por los hechos terroristas. A 2 kilómetros de su hogar, lo sorprendió una barricada que fue levantada por sectores de oposición al Gobierno de Nicolás Maduro, específicamente en la avenida Cuatricentenaria, a la altura de Altos de Mirador. Este muro estaba hecho de camas viejas, basura, piedras y troncos de árboles, que Julio trató de esquivar, pero perdió el control de su vehículo y chocó contra un árbol, muriendo de forma instantánea.



HENDER BASTARDO AGREDA.

21 años de edad.

Luego de la victoria del Presidente Nicolás Maduro, Hender José estaba en una caravana en el sector La Morita de Cumanacoa, estado Sucre, realizada en celebración del hecho. En el mismo lugar se encontraban simpatizantes de la oposición tocando cacerolas y gritando: «Fraude», ante los resultados del CNE. Grupos violentos arremetieron contra varias personas afectas al chavismo. Se comenzaron a escuchar disparos y uno de ellos le quitó la vida a Hender y dejó a tres de sus compañeros lesionados.



RAMZOR BRACHO BRAVO.
Capitán de la Guardia Nacional Bolivariana, 36 años.

El 12 de marzo a las 3:35 p.m., Ramzor Bravo intentaba dispersar una manifestación violenta en la avenida "Feo La Cruz de Mañongo", municipio Naguanagua, estado Carabobo, donde grupos vandálicos comenzaron a encender fuego a la basura cerca de una estación de servicio, lo cual representaba un riesgo inminente para las comunidades vecinas. Grupos criminales comenzaron a dispararles a los efectivos castrenses, hiriendo de muerte a uno de los compañeros. El capitán Bravo intentaba rescatar a su compañero cuando fue impactado por una bala que le quitó la vida instantáneamente.



ROSIRIS REYES RANGEL.
44 años de edad.

Rosiris muere la noche del 14 de abril de 2013, al recibir un disparo cuando defendía las instalaciones del Centro de Diagnóstico Integral (CDI) Piedra Azul, ubicado en La Limonera, municipio Baruta, estado Miranda. Afecta al chavismo, Rosiris protegía las instalaciones de este centro de salud que puso en funcionamiento el Gobierno bolivariano, con el apoyo de médicos, enfermeras y personal cubano, el cual estaba siendo destruido por grupos vandálicos de la oposición.



ELVIS DURÁN DE LA ROSA.
Joven de 29 años de edad.

El 21 de febrero de 2014, Elvis se dirigía a su casa a bordo de su motocicleta por la avenida Rómulo Gallegos, municipio Sucre, estado Miranda, e intentó pasar una barricada colocada por guarimberos, pero lamentablemente impactó contra una guaya tensada de alambre galvanizado que no pudo ver a tiempo. Esta guaya lo degolló.

¿CÓMO NACE EL COMITÉ DE VÍCTIMAS DE LA GUARIMBA Y EL GOLPE CONTINUADO?

En medio del silencio y la invisibilización de nuestras historias, un grupo de víctimas y familiares que perdieron a sus seres queridos, producto de la ola de violencia suscitada en Venezuela en el año 2013 y 2014, decidimos organizarnos para exigir justicia, demandar que se conozcan a los autores materiales e intelectuales de estos nefastos hechos, e impulsar medidas de reparación y atención integral para las víctimas.

Esta iniciativa surgió luego de un acto inhumano que atentó contra la integridad física y sicológica de un grupo de niños y niñas de nuestro país. El primero de abril de 2014, en el marco del llamado del dirigente del partido político Voluntad Popular, Leopoldo López, y de sus aliados, a tomar las calles, grupos vandálicos comenzaron a arremeter contra una serie de instituciones públicas.

Ese día le tocó al Ministerio del Poder Popular para la Vivienda y Hábitat,—actualmente Ministerio del Poder Popular para el Ecosocialismo, Hábitat y Vivienda—, ser blanco de las acciones violentas y terroristas que se desarrollaron en diversas

zonas del país. Grupos violentos gritaban: «Hay que quemar a los chavistas», y empezaron a lanzar bombas molotov, piedras y otros objetos contundentes, hasta lograr incendiar este organismo público, avivando el fuego con botellas llenas de gasolina. Lamentablemente, esto sucedió bajo la mirada complaciente de la policía del municipio Chacao, cuyos funcionarios y/o funcionarias no hicieron nada para frenar estas acciones y garantizar la seguridad y resguardo de las personas que estaban en este edificio.

El incendio afectó principalmente la Casa Cuna que operaba en este Ministerio, donde había 94 niños y niñas de trabajadores y trabajadoras de este organismo, en edades comprendidas entre seis meses y tres años, que inhalaron gases tóxicos que pusieron en riesgo sus vidas.

Llenos de indignación, madres, padres y representantes de estos niños y niñas interpusieron una acción de amparo ante los tribunales de protección, para que el alcalde del municipio Chacao, Ramón Muchacho, previniera este tipo de situaciones en su jurisdicción. El tribunal falló a favor de los infantes y

le ordenó a este alcalde realizar todas las acciones y tomar las medidas preventivas pertinentes para evitar actos violentos que atentaran contra la integridad física y emocional de las personas de este municipio.

Durante todo este proceso, nos movilizamos y comenzamos a conocer algunas víctimas de estos hechos, pero también se fueron acercando otras personas afectadas, no solo por las guarimbas, sino por el llamado del gobernador del estado Miranda y excandidato presidencial, Capriles Radonski, quien en abril de 2013, —luego de los comicios donde fue electo el Presidente Nicolás Maduro—,

se dirigió al país para desconocer el anuncio del Consejo Nacional Electoral y llamar a sus seguidores a «descargar la arrechera».

A partir de allí empezamos a construir una base de datos sobre los afectados y afectadas de ambos sucesos. Se fueron uniendo varias personas para contar sus historias, y así sumarse a esta lucha, mostrando sus evidencias (fotografías y videos). De este contacto cotidiano surgió la necesidad de constituirnos como comité para rechazar esta ofensiva de violencia y terrorismo contra el pueblo, que ha arremetido contra los derechos humanos de quienes habitamos en Venezuela.





NUESTROS OBJETIVOS

- Exigir que se desarrollen con la mayor diligencia, celeridad y eficacia posible, las investigaciones y procesos penales y disciplinarios dirigidos a sancionar a los autores intelectuales y materiales de estas violaciones a los derechos humanos, especialmente a quienes alentaron y dirigieron políticamente estas acciones.
- Demandar que se mantengan firmes las medidas tomadas contra las personas investigadas o sancionadas por su responsabilidad intelectual o material en los graves acontecimientos acaecidos en el mes de abril de 2013, y los meses de febrero a junio de 2014, que causaron importantes afectaciones al derecho a la vida y la integridad personal de nuestros familiares, y a quienes integramos este Comité de Víctimas.
- Exigir que se establezca y divulgue la verdad acerca de los sucesos que dieron lugar a la ola de violencia descontrolada que se desarrolló luego de las elecciones presidenciales de abril 2013, y durante el mes de febrero y días posteriores del año 2014, con especial énfasis en el desarrollo de

investigaciones que permitan esclarecer estos dos acontecimientos, y su difusión por parte de los medios de comunicación públicos y privados que operan en el ámbito nacional e internacional.

- Impulsar todas las acciones y actuaciones necesarias para que se reparen integralmente a las víctimas de las violaciones a los derechos humanos, incluyendo la atención en salud y seguridad social, especialmente de aquellas personas y familiares que han quedado en situación de desamparo ante la pérdida de sus seres amados o condición de discapacidad derivada de las lesiones a su integridad personal.



ACCIONES INMEDIATAS

- 1 Sistematizar cada uno de los casos de las víctimas y sus familiares para su divulgación.
- 2 Visitar a las instituciones del Estado venezolano —Defensoría del Pueblo, Asamblea Nacional, Ministerio Público, Tribunal Supremo de Justicia, Consejos Legislativos, entre otras—, para solicitar que se aceleren las investigaciones, se conozca a los y las culpables, y se atiendan de manera integral a las víctimas de estos lamentables hechos.
- 3 Desarrollar los trámites pertinentes para que se garantice la atención integral de las víctimas, incluyendo salud y reparación civil.
- 4 Desarrollar intervenciones públicas para exigir que se sancionen a los responsables, especialmente a quienes ya se encuentran procesados y bajo detención, para que no reine la impunidad.
- 5 Visitar a organismos internacionales de protección y defensa de los derechos humanos para exponer la verdad sobre estos dos acontecimientos.
- 6 Intervenir en condición de víctimas, o a través de la Defensoría del Pueblo, en los procesos penales.
- 7 Realizar la intervención o demanda de responsabilidades civiles contra órganos del Estado y personas.
- 8 Realizar campañas para difundir la verdad de lo sucedido luego de las elecciones presidenciales de abril 2013, y durante el mes de febrero y días posteriores del año 2014.

Cuéntanos tu historia y contribuye con esta lucha.
Demos un alto a la ira desbordaba

Contáctanos:
victimasdelaguarimba@gmail.com

*Comité de Víctimas de la Guarimba
y el Golpe Continuado.
Caracas, 2014*

LISTA DE PRESOS POLÍTICOS EN VENEZUELA

NOMBRE	LUGAR DE RECLUSIÓN	FECHA DE DETENCIÓN (mm-dd-aa)	OCCUPACIÓN	NACIONALIDAD
Caso 11 de Abril 2002				
Ivan Simonovis	Arresto Domiciliario	2002	Comisario	Venezolano
Erasmo Bolívar	Ramo Verde	2002	Policia Metropolit	Venezolano
Arube Pérez	Ramo Verde	2002	Policia Metropolit	Venezolano
Luis Molina	Ramo Verde	2002	Policia Metropolit	Venezolano
Héctor Rovaín	Ramo Verde	2002	Policia Metropolit	Venezolano
Marco Hurtado	Ramo Verde	2002	Policia Metropolit	Venezolano
Caso Fiscal Danilo Anderson				
Rolando Guevara	SEBIN Helicoide	2004	Profesional	Venezolano
Otoniel Guevara	SEBIN Helicoide	2004	Profesional	Venezolano
Juan Guevara	SEBIN Helicoide	2004	Profesional	Venezolano
Caso General Baduel 2009				
Raul Isaias Baduel	Ramo Verde	Sept-2009	General de División	Venezolano
Presos Políticos Manifestaciones 12 de Febrero				
Leopoldo Eduardo López Mendoza	Ramo Verde	2-18-14	Profesional	Venezolano
Daniel Omar Ceballos Morales	SEBIN Helicoide	3-19-14	Profesional	Venezolano
Raúl Emilio Baduel	Tocuyito	3-21-14	Profesional	Venezolano

Alexander Tirado	Tocuyito	3-21-14	Estudiante	Venezolano
Ignacio Porras Fernández	Arresto Domiciliario	4-22-14	Profesional	Venezolano
Marcelo Eduardo Crovato Sarabia	Arresto Domiciliario	4-22-14	Profesional	Venezolano
Yeimi Varela	SEBIN Helicoide	5-1-14	Otro	Venezolano
Rosmit Montilla	SEBIN Helicoide	5-2-14	Estudiante	Venezolano
Andrés Gerardo León Gerezano	Comandancia Navas Espinola	5-5-14	Otro	Venezolano
Eduardo Enrique García Piña	SEBIN Maracaibo	5-7-14	Estudiante	Venezolano
Gerardo Ernesto Carrero Delgado	SEBIN Helicoide	5-8-14	Otro	Venezolano
Nixon Alfonzo Leal Toro	SEBIN Helicoide	5-8-14	Otro	Venezolano
Gerardo Rafael Resplandor Veracierta	SEBIN Helicoide	5-8-14	Estudiante	Venezolano
Carlos Pérez	SEBIN Helicoide	5-8-14	Otro	Venezolano
Ángel Armando Contreras Ravelo	SEBIN Helicoide	5-8-14	Otro	Venezolano
Renzo David Prieto Ramírez	SEBIN Helicoide	5-10-14	Estudiante	Venezolano
Ronny José Navarro	SEBIN Helicoide	6-28-14	Profesional	Venezolano
Vasco Da Costa	Penitenciaria 26 de Julio	7-24-14	Profesional	Venezolano/portu
Araminta Gonzalez	INOF	7-24-14	Profesional	Venezolano
Ángel Betancourt	Arresto Domiciliario	4-12-14	Otro	Venezolano
María Elena Uzcategui	Arresto Domiciliario	9-12-14	Profesional	Venezolano

Detenidos usos de Redes Sociales (Twitter)

NOMBRE	LUGAR DE RECLUSIÓN	FECHA DE DETENCIÓN (mm-dd-aa)	OCUPACIÓN	NACIONALIDAD
Leonel Sánchez	Sebin Helicoide	Julio 2014	Profesional	Venezolano
Inés González	Sebin Helicoide	Agosto 2014	Profesional	Venezolano/espaa

Lessy Marcano	Sebin Helicoide	Sept. 2014	Profesional	Venezolano
Victor Ugaz	Sebin Helicoide	Octubre 2014	Profesional	Venezolano

Detención Aislada en Noviembre de 2014

Gilberto Sojo	Sebin Helicoide	11-26-14	Otro	Venezolano
---------------	-----------------	----------	------	------------

Oficiales FANB

Juan Carlos Nieto Quintero	Policia Militar Fuerte Tiuna	04-02-14	Capitán (r) GNB	Venezolano
Laidea Salazar	Anexo Femenino Fenix, Uribana	05-05-14	Capitán	Venezolano
Oswaldo Hernández	Carcel de Santa Ana	Abril 2014	General	Venezolano

Detenidos Caso Saleh

Lorent Saleh Gómez	Sebin Plaza Venezuela	Sept-2014	Otro	Venezolano
Gabriel Valle	Sebin Plaza Venezuela	Sept-2014	Otro	Venezolano
Juan Pablo Giraldo Ochoa	Sebin Helicoide	Sept-2014	Otro	Colombiano

Detención Enero 2015. Caso Conspiración

Franklin Hernández	Sebin Helicoide	Enero-15	Otro	Venezolano
--------------------	-----------------	----------	------	------------

Detención Febrero 2015. Caso Conspiración

Antonio José Ledezma Díaz	Arresto Domiciliario	2-19-15	Alcalde Metropolitano	Venezolano
---------------------------	----------------------	---------	--------------------------	------------

Detención Ordenes de Captura

William Marquéz Portillo	PNB Helicoide	3-20-15	Estudiante	Venezolano
--------------------------	---------------	---------	------------	------------

Casos de Exilio**NOMBRE**

Jesús Bellorín
Carlos Vecchio
Darío Ramírez
Antonio Rivero

EN VENEZUELA desde febrero de 2014



- 1** Se han registrado sistemáticas violaciones de Derechos Humanos por parte del Gobierno a los dirigentes y activistas de Voluntad Popular, quienes están siendo víctimas de constantes agresiones y ataques.
- 2** Existe una desmedida e implacable persecución política en contra del partido Voluntad Popular.
- 3** La persecución ha venido acompañada de **detenciones, amenazas, citaciones y allanamientos ilegales**, además de difamación, injuria y sometimiento al escarnio público constante por parte de los más altos funcionarios del gobierno venezolano.

184 activistas están siendo víctimas de persecución:



2	Activistas condenados penalmente
5	Privados de libertad
34	Imputados cumpliendo medidas sustitutivas
19	Detenidos arbitrariamente
2	Dirigentes en clandestinidad por ser perseguidos políticos
90	Amenazados
4	Lesionados
28	En libertad plena

PRIVADOS DE LIBERTAD

Leopoldo López • Coordinador Nacional • 1 año y 4 meses

Daniel Ceballos • Alcalde de San Cristóbal • 1 año y 3 meses

Rosmit Mantilla • Estudiante y Defensor LGBTI • 1 año y 2 meses

Alexander Tirado y Raúl Emilo Baduel • Estudiantes • 1 año y 3 meses

Gilberto Sojo • Dirigente social de San Agustín • más de 8 meses

PERSECUCIÓN POLÍTICA A VOLUNTAD POPULAR ACTIVISTAS (VENEZUELA)

Voluntad Popular es un partido progresista, democrático, plural, de pensamiento social y de vanguardia, comprometido con la superación de la pobreza en paz y en democracia, y con la conquista de todos los derechos para todas las personas, en particular para quienes han nacido y crecido en condiciones de desventaja social y económica.

LOS HECHOS Y EL CONTEXTO

En Venezuela, desde febrero de 2014 se han registrado sistemáticas violaciones de derechos humanos por parte del Gobierno, a los dirigentes y activistas de Voluntad Popular Activistas, quienes han sido y están siendo víctimas de constantes agresiones y ataques.

El imparable hostigamiento gubernamental ha implicado principalmente la mendaz incriminación de Voluntad Popular, sin ningún sustrato probatorio, de manera constante y sistemática, con los hechos de violencia acaecidos en nuestro país durante el primer semestre del año 2014, que dejaron un saldo de 43 personas fallecidas. De este universo de casos hay varios agentes de seguridad del Estado y grupos armados paraestatales afectos al oficialismo involucrados, hay solo un condenado y más de una treintena de casos permanecen impunes, estancados en fase de investigación en el Ministerio Público, sin resultados concluyentes a más de un año de la ocurrencia de los hechos¹.

En efecto, en diferentes declaraciones y alocuciones, altos funcionarios del Gobierno de Venezuela han señalado a Voluntad Popular como responsable de los hechos precipitados, tal es el caso, del Presidente de la República, Nicolás Maduro², del ex Ministro de Interior y Justicia, Miguel Rodríguez Torres, quienes en reiteradas ocasiones han señalado que Voluntad Popular organiza y financia a delincuentes para que mantengan las protestas contra el gobierno³.

De igual manera, la Fiscal General de la República, Luisa Ortega Díaz, ha señalado que Voluntad Popular no es un partido político sino una "estructura criminal" cuyo "fin principal es la salida del poder del Presidente de la República"⁴. Asimismo, el gobernador del

¹ <http://www.contrapunto.com/index.php/investigacion/item/12595-muertos-en-protestas-no-coinciden-listas-del-mp-y-la-defensoria>

² <http://www.hinterlaces.com/s2-noticias/las-amenazas-de-maduro-a-dirigentes-de-oposicion-y-organismos-internacionales>; <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140313/maduro-vp-y-policias-municipales-estan-detras-de-las-muertes>; http://www.el-nacional.com/politica/Maduro-medidas-draasticas-manifestantes-violentos_0_371363086.html; http://www.el-nacional.com/politica/Maduro-denuncio-plan-secesionista-oposicion_0_384561744.html; <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140316/contra-los-partidos>

³ http://www.el-nacional.com/politica/Rodriguez-Torres-Voluntad-Popular-delincuentes_0_372562795.html; <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140314/rodriguez-torres-acuso769-a-voluntad-popular-de-aupar-actos-de-viol>; <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/protestas-en-venezuela/140219/rodriguez-torres-dice-que-en-tachira-se-aplica-un-plan-subversivo>

⁴ <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140410/para-la-fiscalia-voluntad-popular-es-un-grupo-criminal>; <http://www.noticierodigital.com/forum/viewtopic.php?t=1028005>; <http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/politica/mud-pide-a-la-fiscal-que-rectifique-por-llamar--1-.aspx>; <http://diariodecaracas.com/politica/oposicion-pide-fiscal-rectificar-llamar-criminal-al-partido-lopez>

estado Aragua, Tareck El Aissami, hizo señalamientos en contra de este partido, calificándolo como un partido neofascista, además puntualizó: “*todos los militantes e integrantes de Voluntad Popular son fascistas, no son demócratas ni muchos menos llegan a calificarse como seres humanos, distan mucho de ser seres humanos, la justicia les va a llegar*”. Asimismo, el presidente de la Asamblea Nacional, Diosdado Cabello, realiza constantes acusaciones desde su programa de televisión semanal contra varios dirigentes de esta organización política⁵.

Entre las acciones de hostigamiento destaca que en el mes de febrero del año 2014, fueron realizados dos allanamientos ilegales a la sede nacional de Voluntad Popular. El primero fue practicado el 13 de febrero por funcionarios del Dirección General de Contrainteligencia Militar (DGCIM) sin portar la orden de allanamiento respectiva⁶. El segundo fue realizado el día 17 de febrero, día en el cual primero ingresó violentamente a la sede del partido un grupo de cuatro (4) personas, portando armas de fuego y no identificados como funcionarios, después de retirarse, ingresaron un grupo de funcionarios de la Dirección General de Contrainteligencia Militar y posteriormente unos miembros de la Guardia Nacional, quienes al no permitírseles la entrada por carecer de una orden judicial de allanamiento, lanzaron gas pimienta dentro de la oficina entrando violentamente, revisaron varias oficinas y se llevaron importantes equipos que contienen los videos internos, teléfonos y disco duros de computadoras⁷.

Otro flanco de hostigamiento al partido Voluntad Popular consiste en dirigir esfuerzos hacia la ilegalización del partido. En este sentido, el 09 de abril de 2014, el Movimiento Tupamaro introdujo ante la Sala Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia una acción de amparo constitucional solicitando la disolución y cancelación del registro de Voluntad Popular como partido ante el Consejo Nacional Electoral, alegando que la dirigencia de Voluntad Popular incurrió en la violación de derechos constitucionales⁸. Es el caso, que en nuestra legislación no está previsto un procedimiento de este tipo ante el Tribunal Supremo de Justicia. También cursa ante la misma Sala Constitucional una acción por intereses colectivos y difusos intentada el 22 de enero de 2015, por el abogado Luis Alberto Rodríguez, en la que también se solicitó la ilegalización del partido. Ambos supuestos constituyen nuevos intentos de emplear al Poder Judicial como brazo de persecución a una organización con fines políticos que adversa al Gobierno.

La persecución fiscal es otra de las sofisticadas formas de represión de las que ha hecho uso el Gobierno Nacional en contra de Voluntad Popular y sus activistas.

⁵ <http://www.venezuelaaldia.com/2014/05/cabello-acusa-a-mas-dirigentes-de-oposicion-de-tener-planes-de-golpe-suave/>

⁶ http://www.youtube.com/watch?v=Y9HJ1_yN6u8&feature=youtu.be; <http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/politica/denuncian-que-dgim-intento-allanar-de-forma-violenta.aspx>; <http://www.periodico24.com/juan-quaido-dgcim-intento-allanar-de-forma-violenta-sede-de-voluntad-popular/noticia/50758/>; <http://www.lapatilla.com/site/2014/02/13/a-lo-macho-sin-orden-y-despedidos-en-la-puerta-el-allanamiento-a-voluntad-popular-video/>

⁷ <http://www.youtube.com/watch?v=TVCKdqBoq7k&feature=youtu.be>

⁸ http://www.el-nacional.com/politica/Tupas-TSJ-disolucion-Voluntad-Popular_0_388161285.html; <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140406/voluntad-popular-rechaza-amenaza-de-ilegalizacion>

En la gran variedad de acusaciones falaces de que ha sido objeto Voluntad Popular por parte de funcionarios de la Administración del Presidente Maduro, destacan por su extravagancia los intentos de vincular al partido con supuestos acaparamientos de productos de primera necesidad con la atribuida finalidad de generar en el país escenarios de violencia⁹.

Voluntad Popular tiene lamentablemente dos (2) activistas condenados penalmente, cinco (5) activistas y dirigentes cautelarmente privados de libertad, entre ellos su Coordinador Nacional, dos (2) dirigentes en la clandestinidad por ser perseguidos políticos, treinta y cuatro (34) activistas que se encuentran bajo el cumplimiento de medidas cautelares sustitutivas de libertad, veintiocho (28) activistas que se encuentran en libertad plena, diecinueve (19) activistas fueron detenidos de manera arbitraria o irregular y fueron liberados sin ser imputados, noventa (90) activistas y dirigentes amenazados, y cuatro (4) que fueron gravemente lesionados. Asimismo, como muestra que no ha cesado esta persecución en contra de los dirigentes de esta organización, cabe señalar la recién detención arbitraria del concejal Edmundo Rada cuando se encontraba en el Consejo Nacional Electoral consignando un petitorio junto con otros concejales, siendo imputado por varios , accordando el tribunal medida cautelar sustitutiva de libertad.¹⁰

En la actualidad, los dirigentes privados de libertad Leopoldo López, Raúl Emilio Baduel y Alexander Tirado se encuentran en huelga de hambre exigiendo el cumplimiento del siguiente petitorio: Primero, la liberación de los presos políticos; segundo, el cese de la persecución, la represión y la censura; tercero, que se fije definitivamente la fecha para las elecciones parlamentarias, y que estas elecciones cuenten con la observación electoral de la Organización de Estados Americanos (OEA) y de la Unión Europea (UE)¹¹. Es de destacar que Daniel Ceballos también estuvo más de 15 días en huelga de hambre, teniendo que suspenderla por encontrarse muy delicado de salud. De igual manera, otros dirigentes han decidido sumarse a esta huelga de hambre, entre ellos concejales, líderes estudiantiles, un diputado, entre otros.

Dirigentes y Activistas que se encuentran privados de libertad

Se consideran casos paradigmáticos de violaciones a los derechos humanos la situación de los dirigentes y activistas procesados que será sucintamente referida a continuación.

⁹ <http://www.6topoder.com/2.0/1/8110/elas-jaua-acusa-a-voluntad-popular-de-llamar-a-paro-nacional>

¹⁰ http://www.el-nacional.com/politica/Detenido-Petare-Edmundo-Rada-GNB_3_644965507.html

¹¹ <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/150524/difunden-nuevo-video-de-leopoldo-lopez-desde-ramo-verde>

Caso Coordinador Nacional: Leopoldo López

Actualmente, el coordinador nacional de Voluntad Popular, Leopoldo López, se encuentra privado de libertad desde el 18 de febrero del 2014, en la cárcel militar *Centro de Procesados Militares* (CENAPROMIL), mejor conocida como la Cárcel de Ramo Verde.

El 04 de abril 2014, el Fiscal presentó formalmente la acusación en contra de Leopoldo López, por los delitos de: daños, incendio público, instigación y asociación para delinquir¹².

El 13 de agosto de 2014, en el transcurso de la segunda audiencia de juicio, la jueza provisoria Susana Barreiros negó todas las pruebas y testigos promovidos por la defensa de López. En la cuarta sesión de la audiencia de juicio celebrada el 10 de septiembre 2014, dos testigos, de los cuatro que debían comparecer a rendir declaraciones, determinaron de manera "irrefutable" que no existió incendio en la Fiscalía General de la República el pasado 12 de febrero, delito del que está siendo acusado Leopoldo López. La audiencia que se llevaría a cabo el lunes 22 de septiembre¹³, la difirieron para el 30 de septiembre¹⁴.

El 08 de octubre se dio a conocer una decisión del Grupo de Detención Arbitraria de la Organización de Naciones Unidas (ONU) aprobada el 26 de agosto del 2014, en la cual recomienda al Estado venezolano que disponga la inmediata libertad de Leopoldo López y que se le otorgue una reparación integral, esto por considerar que la detención de López constituye una detención arbitraria¹⁵.

Finalmente, el 14 de noviembre de 2014, la jueza Susana Barreiros emitió decisión con respecto al pronunciamiento de la ONU, declarando sin lugar la solicitud formulada.

El 28 de noviembre fue publicado un nuevo mandato de las Naciones Unidas, emanado a través del Comité contra la Tortura, en el que ordena la liberación inmediata de todos presos políticos incluyendo a Leopoldo López.

Actualmente el caso continúa en fase de juicio.

Caso Ex Alcalde de San Cristóbal: Daniel Ceballos

El ex alcalde Daniel Ceballos se encuentra privado de su libertad desde el día 19 de marzo del 2014 y fue destituido ilegalmente de su cargo de alcalde del municipio San Cristóbal. A pesar de su condición civil, está confinado en una cárcel militar ubicada en la ciudad de Los Teques, estado Miranda, en situación de aislamiento. Daniel Ceballos fue ilegalmente detenido por el órgano de inteligencia nacional (SEBIN) y sometido a dos procesos judiciales irregulares en los cuales se han violado sus derechos humanos fundamentales:

¹² http://www.el-nacional.com/politica/Fiscalia-General-acusacion-Leopoldo-Lopez_0_385161540.html

¹³ <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140910/fijan-proxima-audiencia-de-leopoldo-lopez-para-el-22-de-septiembre>

¹⁴ <http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/politica/diferida-audiencia-de-leopoldo-lopez--1-.aspx>

¹⁵ http://www.el-nacional.com/politica/Defensa-Lopez-gobierno-participo-ONU_0_497950275.html

Por una parte, la Sala Constitucional del Tribunal Supremo de Justicia celebró el 25 de marzo de 2014, una inédita e inconstitucional audiencia, en la que se condenó al alcalde Daniel Ceballos a 12 meses de prisión por supuesto desacato a una orden cautelar de amparo emanada de la misma Sala Constitucional, en la que se conminó a los alcaldes a mantener sus municipios libres de barricadas¹⁶, y declaró, sin base legal alguna, el “cese” en sus funciones como Alcalde de San Cristóbal. Esta decisión implicó el apartamiento de 15 años de jurisprudencia pacífica y reiterada de la misma Sala Constitucional que señalaba que en los casos de supuestos desacatos a órdenes dictadas en el curso de procedimientos de amparo constitucional, procedía la remisión del caso a la Fiscalía para la respectiva investigación, siendo la jurisdicción penal ordinaria la competente para imponer la sanción correspondiente.

Por otra parte, cursa simultáneamente en su contra un proceso penal ordinario. El lunes 12 de mayo de 2014, el Ministerio Público acusó formalmente a Daniel Ceballos, por la presunta vinculación con los delitos de rebelión y agavillamiento¹⁷. El 08 de julio de 2014, se dio inicio a la audiencia preliminar. En la audiencia de juicio celebrada el 08 de octubre de 2014, la jueza desestimó todas las solicitudes formuladas por la defensa de Ceballos.¹⁸

En fecha 12 de octubre de 2014 se dio a conocer el pronunciamiento del Grupo de Detención Arbitraria de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) aprobado el 28 de agosto del 2014, con respecto a la detención de Daniel Ceballos, la cual fue calificada de arbitraria y por ello, se recomendó al Gobierno venezolano la liberación inmediata de Ceballos y la reparación integral de los daños causados por su detención.¹⁹

Luego de tres meses sin despacho en el Tribunal 15 de juicio a cargo de la jueza provisoria Yhosmar González, el jueves 15 de enero de 2015, se ordenó el traslado de “extrema urgencia” de Daniel Ceballos desde el penal militar Ramo Verde al Palacio de Justicia para una audiencia a las 9:00 am²⁰. La abogada de Daniel Ceballos, Ana Leonor Acosta, informó que el traslado “urgente” de su defendido fue para negar la solicitud de acatamiento a la orden de liberación de las Naciones Unidas; informó que la decisión irá a la Corte de Apelaciones para que esta instancia dé cumplimiento al dictamen de la ONU.

El 23 de mayo de 2015, Daniel Ceballos fue trasladado, de manera arbitraria e irregular, a una cárcel en San Juan de los Morros, estado Guárico, concretamente al Centro Penitenciario 26 de julio²¹, lugar en el que estuvo por más de 15 días en unas condiciones

¹⁶ <http://www.noticias24.com/venezuela/noticia/230510/tsj-destituye-a-ceballos-y-lo-condena-a-12-meses-de-prision/>; <http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/politica/tsj-sentencia-a-1-ano-de-prision-y-cese-de-funcion.aspx>; <http://www.tsj.gov.ve/informacion/notasdeprensa/notasdeprensa.asp?codigo=11818>

¹⁷ <http://www.ntn24.com/noticias/acusan-formalmente-daniel-ceballos-se-le-imputan-dos-delitos-132094>; http://www.el-nacional.com/politica/Fiscalia-acuso-Ceballos-rebelion_0_407959371.html

¹⁸ <http://www.lapatilla.com/site/2014/10/08/se-reanuda-audiencia-de-daniel-ceballos-diferida-horas-antes/>

¹⁹ <http://www.lapatilla.com/site/2014/10/13/smolansky-patricia-de-ceballos-y-abogados-fijaran-posicion-sobre-decision-de-la-onu/>

²⁰ <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/150115/ordenaron-traslado-de-extrema-urgencia-para-daniel-ceballos>

²¹ Globovisión, nota de prensa. “Trasladan a Daniel Ceballos a cárcel de San Juan de los Morros”. 23 mayo, 2015, disponible en: <http://globovision.com/trasladan-a-daniel-ceballos-a-carcel-de-san-juan-de-los-morros/>

deplorables e inhumanas y desmejorando su salud notablemente²². Luego de que sus abogados realizaran las gestiones respectivas solicitando el urgente traslado de su representado y gracias también a la reconocible labor e intermediación de la Iglesia católica en la presente causa²³, Daniel Ceballos fue trasladado a la sede del SEBIN en El Helicoide, en la ciudad de Caracas, el 11 de junio de 2015, día en el que decidió suspender la huelga de hambre en la que se encontraba desde que fue trasladado de Ramo Verde²⁴.

Actualmente continúan las audiencias de juicio.

Caso Activistas Alexander Tirado y Raúl Emilio Baduel

Alexander Tirado y Raúl Emilio Baduel, activistas del estado Aragua, fueron detenidos el 21 de marzo del 2014, en medio de su participación en una protesta pacífica, por la presunta comisión de los delitos de agavillamiento, instigación pública e intimidación pública.

Luego de haberseles dictado medida privativa de libertad, fueron trasladados el 11 de abril a la cárcel de Uribana, en el estado Lara²⁵. En ese centro de reclusión, fueron víctimas de torturas, maltratos, tanto físicos como psicológicos, por parte de los funcionarios de dicho centro penitenciario, además de recibir un trato inhumano y denigrante.

En la audiencia celebrada el 28 de noviembre de 2014, la defensa de Alexander Tirado y Raúl Emilio Baduel, informó que se le solicitó al tribunal una medida cautelar que les otorgue la libertad bajo régimen de presentación, puesto que está en peligro la vida de estos jóvenes en la cárcel de Uribana, donde se encuentran recluidos²⁶.

Finalmente, el miércoles 4 de marzo de 2015, culminó la audiencia conclusiva en la cual el Tribunal Segundo de Juicio del estado Aragua condenó a ocho años de prisión a Raúl Emilio Baduel y a Alexander Tirado. La jueza provisoria Iris Araujo dio a conocer, en horas de la noche, la sentencia condenatoria por los delitos de intimidación pública, agavillamiento e instigación a la desobediencia. Fijó como sitio de reclusión la cárcel de Tocuyito, en el estado Carabobo, donde permanecen desde finales del año 2014²⁷.

²² Véase en <http://www.laverdad.com/politica/76448-daniel-ceballos-esta-muy-delicado-de-salud.html>;

²³ <http://www.ntn24.com/video/salud-de-daniel-ceballos-se-deteriora-54144>

²⁴ Véase en http://www.el-nacional.com/politica/Monsenor-Diego-Padron-reclusiones-Ceballos_O_644335617.html

²⁵ Véase en <http://www.2001.com.ve/en-la-agenda/100245/daniel-ceballos-esta-en-el-helicoide.html> ; <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/150611/saab-se-concreta-traslado-de-daniel-ceballos-a-nuevo-centro-en-caracas>

²⁶ <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140411/trasladan-al-hijo-de-baduel-a-la-carcel-de-uribana>

²⁷ <http://www.lapatilla.com/site/2014/11/28/defensa-de-alexander-tirado-y-raul-baduel-solicitan-medida-cautelar-para-preservar-su-vida/>

²⁷ <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/150304/condenan-a-ocho-anos-de-prision-a-raul-emilio-baduel-y-alexander-tirad>

Caso Activista Rosmit Mantilla

El 02 de mayo del 2014, fue detenido el activista del Movimiento Proinclusión de Voluntad Popular, Rosmit Mantilla, durante un allanamiento practicado de forma irregular por funcionarios del Servicio Bolivariano de Inteligencia Nacional (SEBIN) dentro de la residencia de sus abuelos ubicada en Caricuao, en el municipio Libertador. Tras su detención, fue llevado a la sede del Sebin²⁸.

Luego de haber sido diferida en varias oportunidades, el martes 06 de mayo de 2014, fue celebrada la audiencia en la cual la jueza ratificó la medida privativa de libertad²⁹ y se acordó como centro de reclusión la sede del Sebin en el Helicoide. Los delitos que se le imputaron fueron: En grado de determinador, instigación pública e intimidación pública, obstaculización de vías, incendio de edificios públicos y privados, daños violentos y autor en el delito de asociación para delinquir³⁰. El 20 de junio de 2014 el Fiscal acusó formalmente a Rosmit Mantilla por los delitos ya señalados.

Finalmente, luego de todos estos diferimientos y nueve meses detenido en el Sebin, el 30 de enero de 2015 se llevó a cabo la audiencia preliminar del estudiante y dirigente de Voluntad Popular, Rosmit Mantilla. Su abogada defensora, Theresly Malavé, informó que el Juez Octavo de Control, José Rafael Hernández, admitió la acusación y no les admitió las pruebas que habían ofrecido y ordenó el paso a juicio oral y público³¹.

Caso Activista Ángel Contreras

Ángel Contreras, activista del estado Miranda, fue detenido el 08 de mayo de 2014, en medio de un operativo de desalojo de los cuatro campamentos de estudiantes que se habían instalado en la ciudad de Caracas, como forma de protesta pacífica, presidido por Miguel Rodríguez Torres³². Contreras se encontraba en el campamento ubicado en la avenida Francisco de Miranda.

El día 10 de mayo de 2014 se llevó a cabo la audiencia de presentación en el Palacio de Justicia ante el tribunal 48 de control del circuito judicial penal del Área Metropolitana de Caracas³³. La jueza dictó medida privativa de libertad y acordó como centro de reclusión la sede del Sebin en El Helicoide. Fue imputado por los delitos de posesión de armas de fuego, agavillamiento e instigación pública.

²⁸ http://www.el-nacional.com/politica/Sebin-detiene-estudiante-Caricuao_0_401959818.html;

<http://diariodecaracas.com/politica/sebin-detiene-estudiante-activista-voluntad-popular-en-caricuao>

²⁹ <http://enteratecaracas.com/2014/05/06/6m-dictada-privativa-de-libertad-contra-el-activista-rosmit-mantilla/>

Se anexa copia de la boleta de encarcelamiento

³⁰ http://www.casai.com.ve/chartisint/internet/VE/es/files/Ley-Organica-Contra-la-Delincuencia-Organizada-y-Financiamiento-al-Terrorismo_tcm1286-533853.pdf

³¹ <http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/politica/ordenan-pase-a-juicio-del-estudiante-rosmit-mantil.aspx#ixzz3QbfTBle9>

³² <http://www.noticias24.com/venezuela/noticia/237786/desalojaron-campamentos-de-la-plaza-bolivar-de-chacao-y-la-torre-hp-incautaron-armas-drogas-y-explosivos/>

³³ <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/protestas-en-venezuela/140510/liberan-a-detenidos-en-campamentos-tras-audiencia-en-palacio-de-justic>; http://www.el-nacional.com/politica/Difieren-audiencias-PNUD-Alfredo-Sadel_0_406759322.html

Caso Dirigente Gilberto Sojo

El 26 de noviembre de 2014, fueron detenidos arbitrariamente, sin orden de detención, los esposos y dirigentes sociales de la parroquia San Agustín, Gilberto Sojo y Carolina González junto con su hija de tres años en la ciudad de Caracas³⁴.

El martes 25 de noviembre de 2014, Gilberto Sojo recibió una llamada de la operadora Movilnet, indicándole que había ganado un teléfono celular y que debían retirarlo al día siguiente en la oficina ubicada en La Candelaria. Ese miércoles, aproximadamente a las 2:30pm, Gilberto acudió, acompañado de su esposa Carolina, a dicha oficina, a la que llegaron 3 personas vestidas de civil, quienes sin identificarse, los sacaron de la oficina a empujones, los subieron a un carro, les quitaron la moto en la que se desplazaban y allí les dijeron que eran funcionarios del Servicio Bolivariano de Inteligencia Nacional (Sebin). Los trasladaron hasta la sede de El Helicoide, donde no se les ofreció ninguna explicación; negándoles incluso hacer una llamada a sus familiares y abogados. Los separaron y los llevaron a oficinas distintas.

Al pasar las horas, sin saber nada de su esposo, Carolina insistió en que tenía que buscar a su hija en el preescolar. Ante esta petición, unos funcionarios la llevaron al preescolar a buscar a la niña; cuando se montaron en el carro, la niña, extrañada, preguntó por su papá, a lo que Carolina González respondió informándole que iban a una reunión donde lo verían. Llegaron nuevamente a la sede del Sebin y las llevaron a una oficina. Habiendo cuestionado a las autoridades de manera reiterada por el paradero de su esposo, no recibió información al respecto, sólo le decían que todavía no lo habían interrogado; al pasar un tiempo le devolvieron sus pertenencias. En la madrugada, Carolina González pidió ir al baño, logrando enviar un mensaje de texto informando lo que había ocurrido y que se encontraban en dicha sede.

El jueves 27 de noviembre de 2014, los funcionarios seguían sin informar Carolina nada sobre su esposo, sólo le comunicaron que ella se iría ese día a su casa. Ese día, se acercaron los abogados a El Helicoide solicitando información sobre la situación de Carolina, Gilberto y su bebé, recibiendo como respuesta de todos los funcionarios que allí no se encontraban.

Aproximadamente a las 6:00 pm, le informaron a Carolina González que ya se podía ir con la niña. Tras su liberación, los funcionarios la escoltaron hasta su casa ubicada en el sector popular San Agustín del Sur y practicaron un allanamiento sin orden judicial que diera cobertura jurídica a tal actuación. Tras revisar toda la casa, se llevaron, como supuestos elementos de interés criminalístico, tres franelas y tres gorras de Voluntad Popular, y unas

³⁴ <http://www.lapatilla.com/site/2014/11/27/vp-denuncia-secuestro-de-los-activistas-carolina-gonzalez-y-gilberto-sojo-por-funcionarios-del-regimen-comunicado/>; <http://www.talcualdigital.com/Nota/visor.aspx?id=110903>; http://www.el-nacional.com/politica/Detencion-VP-intimidar-recoleccion-Constituyente_0_527947279.html

planillas de la última elección presidencial en la cual Carolina era coordinadora de la MUD en esa parroquia.

Llegado el día viernes, Carolina González todavía no tenía información de su esposo; fue al Helicoide y le negaron la visita. A los abogados tampoco le daban información sobre Gilberto, solo decían que ese día lo iban a presentar en el Palacio de Justicia. Es por ello que los abogados se dirigieron al Palacio de Justicia a los fines de esperar que se celebrara la audiencia de presentación. Estuvieron allí hasta las 8pm y no trasladaron a Gilberto, no fue sino hasta las 11pm, que fue trasladado y celebrada la audiencia de presentación de manera clandestina, en franca violación de su derecho a la defensa, sin permitírselle comunicarse con sus abogados, por lo cual le fue designada una defensa pública. Hasta ese momento, sus abogados desconocían el motivo de la privación de libertad y no habían podido comunicarse con él.

Finalmente, el jueves 04 de diciembre de 2014, los abogados pudieron juramentarse como su defensa. Tras tener acceso al expediente, conocieron que a Gilberto Sojo le estaba siendo imputado el delito de terrorismo individual. Tras haber transcurrido los 45 días de la fase de investigación establecidos en el Código Orgánico Procesal Penal venezolano, el fiscal acusó formalmente a Gilberto Sojo por el delito de terrorismo individual.

Para el 18 de febrero de 2015 estaba fijada la audiencia preliminar de Gilberto Sojo, la cual fue diferida para el 16 de marzo³⁵, día en el que nuevamente el tribunal pospuso la audiencia. Finalmente, el 8 de abril de 2015, se llevó a cabo la audiencia preliminar, en la cual el Tribunal admitió la acusación del Ministerio Público y ordenó el pase a juicio, ratificando la medida preventiva privativa de libertad en contra de Gilberto Sojo y mantuvo como centro de reclusión, la sede del SEBIN en El Helicoide.

DERECHO

Con todo lo planteado, se evidencia la flagrante violación de derechos humanos que han sufrido los dirigentes y activistas de Voluntad Popular; derechos éstos que están contemplados en la Declaración Universal de Derechos Humanos, en el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, en la Convención Americana sobre Derechos Humanos y en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Concretamente, se les ha vulnerado el derecho a la libertad personal, a la presunción de inocencia, el derecho al debido proceso, a la defensa y a la igualdad de las partes en el proceso. Además, se les ha infringido el derecho a que se respete su integridad física, psíquica y moral, el derecho a la protesta, a la libertad de pensamiento y expresión, el derecho a la asociación política y el derecho a la participación política.

³⁵ 6to Poder, nota de prensa. "Hoy es la audiencia de Gilberto Sojo". 16 de Marzo de 2015, disponible en: <http://www.6topoderweb.com/2.0/1/12969/hoy-es-la-audiencia-de-gilberto-sojo>

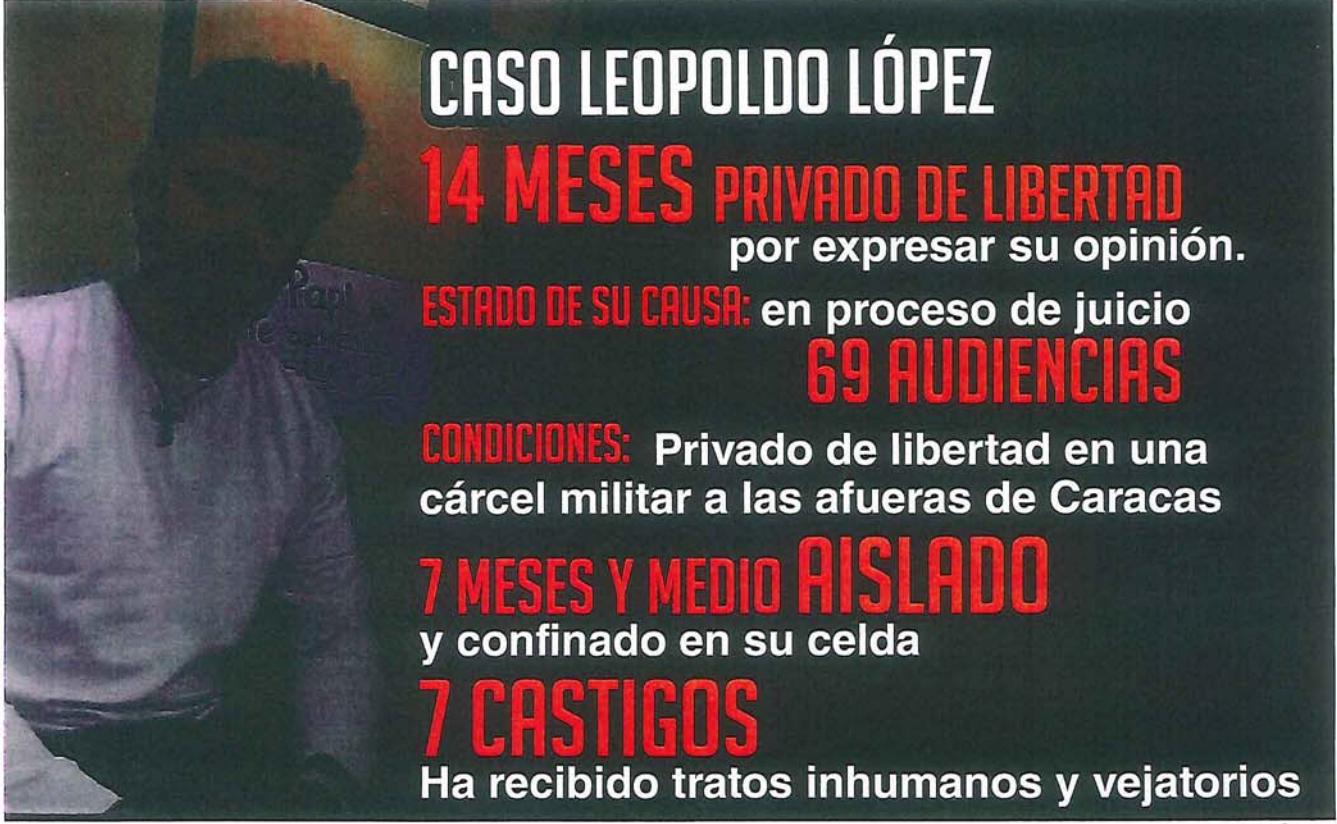
CONCLUSIÓN

Los hechos narrados son muestra del profundo deterioro de la institucionalidad democrática por el que atraviesa Venezuela. El Estado de Derecho, que implica el sometimiento de los órganos del Estado al Imperio de la Ley y, en el caso concreto, al imperio universal de los derechos humanos, sufre el deslumbramiento que le ocasiona la falta de separación de poderes, especialmente la dependencia del Poder Judicial, y la falta de compromiso de los más altos funcionarios de los Poderes Públicos con estos principios fundantes recibidos no solo en pactos internacionales de primer orden sino en los artículos fundamentales de nuestra Carta Magna. La actitud de los órganos de investigación en el ámbito nacional – especialmente la Fiscalía General de la República y la Defensoría del Pueblo- se han mostrado pasivos ante las innumerables denuncias formuladas en este sentido. No existen elementos en el panorama que hagan presumir que las sistemáticas y generalizadas violaciones de los derechos humanos objeto de este informe, dejarán de producirse en algún tiempo próximo.

En virtud de todas las consideraciones que anteceden, luce forzoso concluir que se está en presencia de una desmedida e implacable persecución política en contra del partido Voluntad Popular, que ha venido acompañada de detenciones, amenazas, citaciones y allanamientos ilegales, además de difamación, injuria y sometimiento al escarnio público constante por parte de los más altos funcionarios del Gobierno venezolano.

Esta organización política expresa su más enérgico rechazo a los continuos atropellos, hostigamientos, siembras de evidencia, vinculación con hechos punibles simulados, violaciones de derechos constitucionales y humanos, de los que han sido víctimas activistas y dirigentes por parte de la Administración que preside Nicolás Maduro. Frente a la represión, al abuso de poder y a la intimidación que adelanta el Gobierno contra quienes piensan distinto, Voluntad Popular se mantiene firme en la convicción de que más temprano que tarde se concretará el cambio político y constitucional que demandan los venezolanos.

Por lo tanto, Voluntad Popular expresa su compromiso con la lucha no violenta para lograr un cambio constitucional en Venezuela, en paz y en democracia, sin canjear sus principios ni valores, exigiendo condiciones justas y una verdadera voluntad política para la transición a la Mejor Venezuela.



CASO LEOPOLDO LÓPEZ

14 MESES PRIVADO DE LIBERTAD

por expresar su opinión.

ESTADO DE SU CAUSA: en proceso de juicio

69 AUDIENCIAS

CONDICIONES: Privado de libertad en una cárcel militar a las afueras de Caracas

7 MESES Y MEDIO AISLADO

y confinado en su celda

7 CASTIGOS

Ha recibido tratos inhumanos y vejatorios

CASO LEOPOLDO LÓPEZ

INFLACIÓN

Venezuela tiene el peor salario mínimo de toda Latinoamérica (considerando la tasa SIMADI para el 27 de abril de 2015, ubicada en 197,66 BsF por dólar)

PAÍS	SALARIO MÍNIMO MENSUAL
Venezuela	28 \$
Bolivia	206 \$
Perú	268 \$
Colombia	268 \$
Brasil	290 \$
Argentina	336\$
Ecuador	354\$

SITUACIÓN PAÍS

DURANTE LAS PROTESTAS 2014

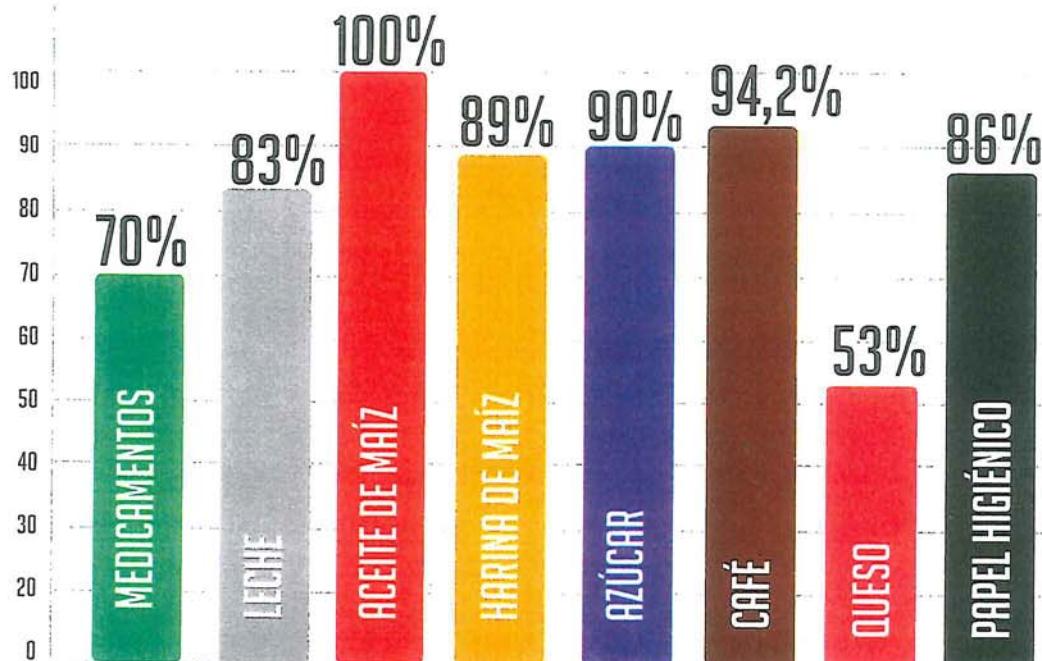
	NÚMERO DE PERSONAS
Personas fallecidas	43
Lesionadas	878
Personas aprehendidas	3.351
Privadas de libertad	41
	27 civiles
	14 funcionarios policiales
Sobreseídas	1.436
Acusadas	1.402
En proceso de investigación	507
En régimen de presentación	200
Número indeterminado de personas torturadas	

Cifras oficiales.

DURANTE LAS PROTESTAS 2014

ESCASEZ

(datos oficiales del mes de marzo)



SITUACIÓN PAÍS

INFLACIÓN

Inflación alimentos entre 2013 y 2014 **92,9%**

Inflación sector transporte entre 2013 y 2014 **58,9%**

Precio de la canasta alimentaria
(primer trimestre del año): **30.176 BSF**

Sueldo mínimo: **5.622 BSF**

Se estima que la inflación general de Venezuela para
el año 2015 será **SUPERIOR A 100%**

SITUACIÓN PAÍS



RAMZOR ERNESTO BRACHO BRAVO

36 años, Capitán de la GNB,
12/03/2014, Carabobo

Ramzor falleció al recibir un disparo en Valencia, estado Carabobo. Era capitán de la GNB y se encontraba junto a varios efectivos en un operativo para contener las protestas.

ACUSADO: se desconoce identidad de acusados e imputados.

ESTADO DE LA CAUSA: según el informe del Ministerio Público se libraron tres órdenes de aprehensión contra tres ciudadanos. Aún se desconoce sus identidades.



FRANCISCO ALCIDES MADRID ROSENDO

32 años, Obrero,
18/03/2014, Caracas

Según el informe del Ministerio Público, Francisco recibió un disparo de un arma de fuego mientras removía una barricada en Caracas.

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.



JOSÉ ISABELINO GUILLÉN ARAQUE

34 años, Capitán de la GNB,
16/03/2014, Aragua

José murió el luego de haber recibido un disparo por arma de fuego en la cabeza cuando se bajó de su vehículo para ayudar a un compañero herido en el municipio Girardot, estado Aragua.

ACUSADO: se desconoce identidad de acusados e imputados.

ESTADO DE LA CAUSA: según el informe del Ministerio Público se libraron dos órdenes de aprehensión contra dos ciudadanos. Aún se desconoce sus identidades.



JHON RAFAEL CASTILLO CASTILLO

23 años, Sargento segundo de la GNB,
19/03/2014, Táchira

Jhon murió por un disparo en el tórax en las afueras de la Universidad Nacional Experimental Politécnica de la Fuerza Armada Bolivariana (Unefa), en el núcleo de San Cristóbal, cuando intentaba dispersar una manifestación estudiantil.

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: MARZO



ARGENIS DE JESÚS HERNÁNDEZ MORENO

30 años, Obrero,
21/03/2014, Carabobo

Argenis murió al recibir un tiro en el abdomen en Valencia, estado Carabobo. Aunque testigos indicaron que le disparó un funcionario de la Policía Nacional Bolivariana, el informe del Ministerio Público atribuye la responsabilidad del homicidio a los manifestantes.

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.



JESÚS ORLANDO LABRADOR CASTIBLANCO

39 años, Técnico en electrónica,
22/03/2014, Mérida

Según el informe del Ministerio Público, Jesús habría muerto tras haber recibido "varios disparos por arma de fuego". Sin embargo, la prensa local reportó que fue asesinado por un tiro que impactó en su hombro izquierdo y le perforó el pulmón.

ESTADO DE LA CAUSA: el Ministerio Público archivó el caso, es decir, las investigaciones no arrojaron evidencias que justifiquen la imputación de un sospechoso por la muerte de Jesús Labrador.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: MARZO

**LUIS ALEJANDRO GUTIÉRREZ CAMARGO**

23 años,
04/03/2014, Táchira

Luis Alejandro falleció al chocar contra una barricada en la avenida Las Américas de Rubio, estado Táchira.

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CRUSA: fase de investigación.

**JOSÉ GREGORIO AMARIS CANTILLO**

25 años, Mototaxista,
06/03/2014, Caracas

José Gregorio falleció según el Ministerio Público luego de recibir un disparo en la urbanización Los Ruices del municipio Sucre, estado Miranda, mientras limpiaba una barricada.

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CRUSA: fase de investigación.

**ACNER ISRAEL LÓPEZ LYON**

29 años, Sargento de la GNB
06/03/2014, Caracas

Acner falleció tras recibir un disparo de arma de fuego en la urbanización Los Ruices del municipio Sucre, estado Miranda cuando intentaba dispersar una manifestación.

ACUSADO: No existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CRUSA: fase de investigación.

**JOHAN ALFONSO PINEDA MORALES**

37 años, Contratista,
07/03/2014 Caracas

Falleció cuando se desplazaba como copiloto en una moto que resbaló con una macha de aceite en la autopista Francisco Fajardo. Según el Ministerio Público el aceite fue "derramado de manera intencional por manifestantes".

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CRUSA: fase de investigación.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: MARZO

VÍCTIMAS

MARZO 2014



GISELLA VICTORIA RUBILAR FIGUEROA

46 años, Docente,
09/03/2014, Mérida

Según el Ministerio Público, Gisella falleció tras recibir un disparo de arma de fuego en el rostro, en el estado Mérida, cuando removía los escombros de una barricada.

ACUSADO: se desconoce identidad de acusado e imputado.

ESTADO DE LA CAUSA: según el informe del Ministerio Público se libró una orden de aprehensión contra un ciudadano. Aún se desconoce su identidad.



JESÚS ENRIQUE ACOSTA MATUTE

22 años, Estudiante,
12/03/2014, Carabobo

Jesús recibió un disparo en la cabeza cuando iba camino a su casa, en medio de una manifestación que se desarrollaba en Valencia, estado Carabobo.

ACUSADO: el detective del CICPC, Carlos Alfredo Ramos Herrera, acusado por homicidio intencional y uso indebido de arma orgánica. Se encuentra privado de libertad.

ESTADO DE LA CRUSA: fase intermedia.



EDICSON OLIVO DANIEL TINOCO CARRILL

24 años, Estudiante de Ingeniería,
10/03/2014, Táchira

Edicson murió tras recibir un disparo de arma de fuego en el pecho. Participaba en una protesta estudiantil contra el Gobierno, cuando motorizados atacaron a los estudiantes con armas de fuego.

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.



GUILLERMO ALFONSO SÁNCHEZ VELÁSQUEZ

42 años, Albañil,
12/03/2014, Carabobo

Guillermo falleció tras recibir disparos de arma de fuego. Pasaba por una manifestación cuando un grupo de civiles armados, pro gobierno, le dispararon y lo golpearon.

ACUSADO: Jhon Anderson Torres Sinisterra. Acusado por el delito de homicidio intencional e intimidación pública.

ESTADO DE LA CRUSA: fase intermedia.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: MARZO

**GLIDIS KARELIS CHACÓN BENÍTEZ**

25 años, Funcionaria del SEBIN,
07/03/2014, Caracas

Glidis Chacón recibió un disparo en el cuello. Chacón y otros funcionarios del SEBIN, vestidos de civiles y a bordo de vehículos sin identificación, capturaron a dos jóvenes supuestamente vinculados con las protestas en una urbanización de Caracas. Los vecinos que presenciaron la detención asumieron que se trataba de un secuestro y dieron la alerta a los policías municipales, que se enfrentaron a tiros con los oficiales del SEBIN. El informe del Ministerio Público indica que Glidis Chacón fue asesinada "mientras cumplía funciones de orden público".

ACUSADOS: 3 funcionarios policiales.

ESTADO DE LA CAUSA: Un funcionario se encuentra privado de libertad y dos funcionarios tienen medida cautelar sustitutiva de libertad. La causa se encuentra en fase de juicio.

**JONATHAN ENRIQUE MARTÍNEZ GARCÍA**

30 años, Desempleado,
08/03/2014, Zulia

Jonathan murió al caerle encima una valla publicitaria cuando intentó derribarla para usarla como obstáculo en una barricada.

Jonathan murió de forma inmediata en Maracaibo, estado Zulia, al caerle encima una valla publicitaria cuando intentó derribarla para usarla como obstáculo en una barricada. En la morgue del hospital de Maracaibo, familiares indicaron a la prensa local que Jonathan era vendedor de agua y vivía en la indigencia.

ESTADO DE LA CAUSA: el Ministerio Público sobreseyó la causa.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: MARZO

VÍCTIMAS

MARZO 2014



ADRIANA GRISSEL URQUIOLA PÉREZ

28 años,
Intérprete de lenguaje de señas,
23/03/2014, Miranda

Adriana murió tras recibir dos disparos.

ACUSADO: se libró orden de aprehensión contra el presunto autor material, Jonny Bolívar.

ESTADO DE LA CRUSA: Fase de investigación.



MIGUEL ANTONIO PARRAS

42 años, Sargento de la GNB,
24/03/2014, Mérida

Miguel murió tras recibir un disparo en el pecho en Mérida. La prensa local publicó que dos policías fueron dados de baja como responsables del homicidio. En el informe del Ministerio Público no aparece nada sobre posibles responsables.

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CRUSA: fase de investigación.



FRANKLIN ALBERTO ROMERO MONCADA

44 años, Gerente,
28/03/2014, Táchira

Franklin murió por una descarga eléctrica después de que se derrumbara una valla que hizo contacto con un cable de alta tensión en San Cristóbal. En el incidente resultaron lesionadas otras dos personas.

ESTADO DE LA CRUSA: el Ministerio Público sobreseyó la causa.



ROBERTO LUIS ANNESE GORIN

33 años, Comerciante,
29/03/2014, Zulia

A pesar de que sobre la muerte de Roberto existían dos versiones, la primera indicaba que le explotó un mortero en el pecho; la segunda señalaba que murió por el disparo de una escopeta; el Ministerio Público sobreseyó la causa.

ESTADO DE LA CRUSA: el Ministerio Público sobreseyó el caso.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: MARZO



JOSÉ CIRILO DAMAS GARCÍA

24 años, Oficial de la PNB,
09/04/2014, Lara

José murió tras recibir un disparo. Según el informe del Ministerio Público el disparo provino de las instalaciones de la Universidad Politécnica Territorial Andrés Eloy Blanco del estado Lara.

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.



MARIANA DEL CARMEN CEBALLOS BELISARIO

32 años, Secretaria,
10/04/2014, Carabobo

Mariana murió tras ser arrollada cuando asistía a una asamblea de vecinos en Valencia, estado Carabobo.

ACUSADO: Kenneth Augusto Martínez Vargas. Acusado de homicidio intencional. Se encuentra bajo arresto domiciliario.

ESTADO DE LA CAUSA: fase intermedia.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: MARZO



WILFREDO GIOVANNY REY JIMÉNES

32 años, Chofer de autobús,
22/04/2014, Táchira

Según el informe del Ministerio Público Wilfredo murió tras recibir un disparo de un grupo de manifestantes; sin embargo testigos indican que fueron unos motorizados armados acompañados de la GNB

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: ABRIL



WILFREDO GIOVANNY REY JRIMES

32 años, Chofer de autobús,
22/04/2014, Táchira

Según el informe del Ministerio Público Wilfredo murió tras recibir un disparo de un grupo de manifestantes; sin embargo testigos indican que fueron unos motorizados armados acompañados de la GNB

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: ABRIL

VÍCTIMAS

MAYO 2014



JORGE STEVEN COLINA TOVAR

24 años, Oficial de PNB,
08/05/2014, Caracas

Jorge tras recibir un disparo en el estado Miranda.

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.



JOSUE EMMANUEL FARIAS SÁNCHEZ

19 años, Estudiante,
25/05/2014, Zulia

Josue murió tras recibir un impacto de una metra de cristal disparada por arma de fuego de fabricación casera.

ACUSADO: no existe ningún acusado ni imputado por el caso.

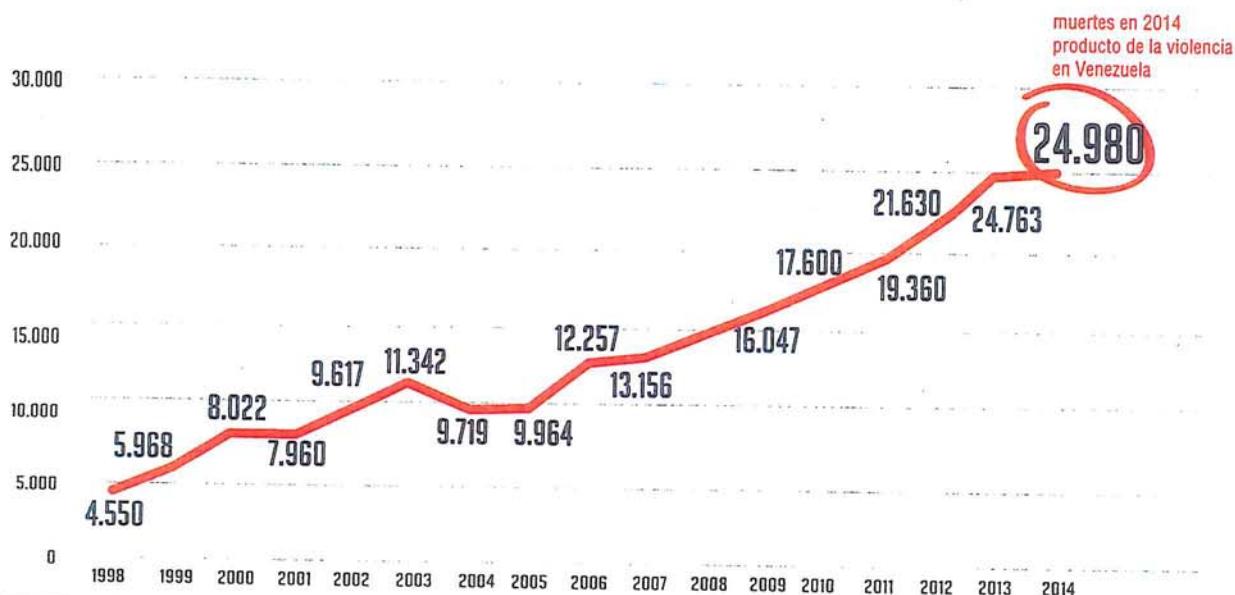
ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: MAYO

SITUACIÓN PAÍS

LA EVOLUCIÓN ANUAL DEL NÚMERO DE MUERTES VIOLENTAS EN VENEZUELA

(cifras del observatorio venezolano de violencia)



SITUACIÓN PAÍS

**BASSIL ALEJANDRO DA COSTA FRÍA**

24 años, Carpintero,
12/02/2014, Caracas.

Bassil murió al recibir un disparo en la cabeza por arma de fuego tras participar en una manifestación en contra del gobierno.

ACUSADOS: 8 funcionarios del Servicio Bolivariano de Inteligencia Nacional.

ESTADO DE LA CAUSA: De los 8 funcionarios acusados por la muerte de Bassil Da Costa, uno se encuentra privado de libertad y siete con medidas cautelares. El juicio todavía no ha comenzado.

**JUAN CARLOS CRISÓSTOMO MONTOYA**

50 años, Dirigente Social, miembro de colectivos populares.
12/02/2014, Caracas

"Juanchito" Montoya falleció después de recibir un disparo de arma de fuego en el rostro. Según su hermano "había acudido con otros miembros de colectivos populares al centro de Caracas para contrarrestar la marcha que había sido convocada para ese día en contra del gobierno."

ACUSADO: Hermegildo Barrera Niño, coordinador general del Secretariado Revolucionario de Venezuela, organización que aglutina diferentes grupos afectos al gobierno.

ESTADO DE LA CAUSA: Hermegildo Barrera se encuentra privado de libertad. En espera a que dé inicio el juicio.

**ROBERTO JOSÉ REDMAN OROZCO**

26 años, Piloto,
12/02/2014, Caracas

Roberto murió por un tiro en la cabeza en Caracas. A pesar de que el Ministerio Público dice que murió por el "efecto del fuego entrecruzado" entre manifestantes y policías; testigos aseguran que le disparó un motorizado y su parrillero, cubiertos con capuchas.

ACUSADOS: No se ha identificado sospechosos ni posibles imputados.

ESTADO DE LA CAUSA: Tras un año del asesinato, el caso se encuentra en fase de investigación.

**JOSÉ ERNESTO MÉNDEZ GÓMEZ**

17 años,
Estudiante de 5to año de bachillerato
17/02/2014, Sucre

José Ernesto murió tras ser atropellado por un vehículo cuando se encontraba en una manifestación en contra del gobierno en el estado Sucre.

ACUSADO: Rodolfo Pazos González. Acusado por el delito de homicidio intencional simple.

ESTADO DE LA CAUSA: El acusado se encuentra privado de libertad. En fase de juicio.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: FEBRERO

**JULIO EDUARDO GONZÁLEZ PINTO**

45 años, Fiscal Auxiliar,
18/02/2014, Carabobo

El 18 de febrero de 2014, González falleció luego de perder el control de su vehículo por esquivar una barricada en el estado Carabobo.

ACUSADOS: No se ha identificado sospechoso ni posible responsable.

ESTADO DE LA CAUSA: En fase de investigación.

**GÉNESIS CRISTINA CARMONA TOVAR**

22 años, Estudiante,
18/02/2014, Carabobo

Génesis recibió un disparo en la cabeza mientras participaba en una protesta pacífica estudiantil. Los manifestantes fueron sorprendidos por un grupo de civiles armados en motos que comenzaron a disparar.

ACUSADO: Juan José Maza Seija, joven estudiante de 24 años, acusado de "cómplice no necesario de homicidio intencional". Se libró una orden de captura internacional contra otra persona, se desconoce su identidad y la imputación.

ESTADO DE LA CAUSA: Fase de juicio.

**ASDRÚBAL JESÚS RODRÍGUEZ ARAGURAYÁN**

26 años, Obrero,
19/02/2014, Caracas

Asdrúbal se encontraba a la espera del transporte público cuando fue aprehendido por funcionarios policiales; posteriormente, apareció sin vida.

ACUSADOS: 2 funcionarios policiales, Jean Carlos Cáceres Saavedra y Yeiner Alexander Yáñez Mara.

ESTADO DE LA CAUSA: Ambos funcionarios se encuentran privados de libertad, acusados por homicidio calificado. En fase de juicio.

**ARTURO ALEXIS MARTÍNEZ**

58 años, Taxista,
20/02/2014, Lara

El 20 de febrero de 2014, Arturo Martínez murió tras recibir un impacto de bala en una avenida de Barquisimeto que se encontraba obstruida por una barricada.

ACUSADO: Héctor Doménico Cusatti Martínez fue acusado por los delitos de homicidio calificado por motivos fútiles e innobles.

ESTADO DE LA CAUSA: Fase de juicio.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: FEBRERO



JIMMY ERWILL VARGAS GONZÁLEZ

32 años, Obrero,
20/02/2014, Táchira

A pesar de que el Ministerio Público sobreseyó el caso por considerarlo un accidente; la madre de Jimmy, Carmen González, declaró a diferentes medios de comunicación que "Jimmy perdió el control porque los guardias empezaron a dispararle. Tenía el ojo impactado por una bomba lacrimógena y varios perdigones en el cuerpo".

ESTADO DE LA CRUSA: Fue decretado sobreseimiento de la investigación.



ELVIS RAFAEL DURÁN DE LA ROSA

29 años, Obrero,
21/02/2014, Caracas

Elvis murió tras impactar con un alambre colocado presuntamente por manifestantes cuando se desplazaba en moto por la avenida Rómulo Gallegos, estado Miranda.

ACUSADOS: 2 funcionarios policiales, Jean Carlos Cáceres Saavedra y Yeiner Alexander Yáñez Mara.

ESTADO DE LA CRUSA: Ambos funcionarios se encuentran privados de libertad, acusados por homicidio calificado. En fase de juicio.



DORIS ELENA LOBO ARIAS

40 años, Ama de casa,
20/02/2014, Mérida

Doris se desplazaba en una moto como copiloto en la ciudad de Mérida, cuando su hijo Yordan Salazar, conductor, perdió el control debido a una alambrada presuntamente colocada por manifestantes. Doris cayó y se golpeó la cabeza contra el pavimento, murió por traumatismo craneoencefálico.

ESTADO DE LA CRUSA: Se acordó un principio de oportunidad a favor de Yordan Alexis Salazar Lobo, al ser hijo de la víctima y sufrir un daño moral.



DANNY JOEL MELGAREJO VARGAS

20 años, Estudiante,
22/02/2014, Táchira

Danny falleció por apuñalamiento en el estado Táchira. Según el Ministerio Público Danny fue herido mortalmente con un arma blanca por participar en una riña en una manifestación, testigos aseguran que fue "víctima de la inseguridad".

ACUSADO: Un adolescente fue acusado por el delito de homicidio calificado por motivos fútiles e innobles. Mientras otros fue acusado por el delito de homicidio calificado por motivo fútiles e innobles a título de facilitador.

ESTADO DE LA CRUSA: Uno de los acusados fue condenado a cinco años de prisión y se encuentra privado de libertad. El otro cumplirá una pena de cuatro años y seis meses de prisión.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: FEBRERO

VÍCTIMAS

FEBRERO 2014



GERALDIN MORENO OROZCO

23 años, Estudiante,
22/02/2014, Carabobo

Geraldine falleció tras recibir un disparo de un perdigón de goma en el ojo durante una protesta pacífica en la que participaba, por parte de miembros de la Guardia Nacional Bolivariana (GNB).

ACUSADOS: 2 Sargentos de la GNB: Álbin Rojas Bonilla, acusado como autor material en el delito de homicidio calificado con alevosía y por motivos fútiles. Francisco Caridad Barroso acusado como cómplice no necesario en el referido delito.

ESTADO DE LA CAUSA: A pesar de encontrarse en la fase inicio de juicio, ha sido diferido en 8 ocasiones. Los sargentos Álbin Rojas Bonilla y Francisco Caridad Barroso están privados de libertad. Paola Barroso y Franklin García poseen medida cautelar sustitutiva de libertad.



WILMER JUAN CARBALLO AMAYA

43 años, Comerciante,
24/02/2014, Aragua

Wilmer falleció tras recibir un disparo por arma de fuego en la cabeza cuando protestaba pacíficamente en el estado Aragua. Un grupo de civiles armados en motos apareció en el lugar de la protesta.

ACUSADO: No existe ningún acusado ni imputado por el homicidio.

ESTADO DE LA CRUSA: fase de investigación.



JOSÉ ALEJANDRO MÁRQUEZ

45 años, Ingeniero,
22/02/2014, Caracas

El Ministerio Público cambió las circunstancias de su muerte. Según familiares y testigos presenciales José murió por una golpiza de los funcionarios de la Guardia del Pueblo. Según el Ministerio Público murió tras caerse de una moto al ser perseguido.

ACUSADO: A pesar de que el Ministerio Público asegura que se emitieron dos órdenes de aprehensión, no se conocen sus nombres ni su imputación.

ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.



JOHAN GABRIEL QUINTERO CARRASCO

33 años, Obrero
25/02/2014, Aragua

Murió por varios disparos. Las circunstancias de su muerte cambiaron completamente. Funcionarios del CICPC poco después del homicidio señalaron "ajuste de cuentas" como móvil del asesinato. Un año después, el Ministerio Público dice que murió de un disparo proveniente de un manifestante.

ACUSADOS: A pesar de que el Ministerio Público asegura haber librado dos órdenes de aprehensión, no se conoce identidad de ningún acusado.

ESTADO DE LA CRUSA: fase de investigación.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: FEBRERO



EDUARDO RAMÓN ANZOLA CARMONA

29 años, Carpintero,
25/02/2014, Carabobo

Eduardo falleció cuando se desplazaba en una moto por una avenida de Valencia, estado Carabobo; se cayó al tratar de esquivar una barricada. Sufrió traumatismo craneoencefálico.

ESTADO DE LA CAUSA: el Ministerio Público sobreseyó la causa.



GIOVANI JOSÉ PANTOJA HERNÁNDEZ

28 años, Sargento de la GNB,
28/02/2014, Carabobo

Giovani falleció por un disparo de arma de fuego en el ojo. Según el Ministerio Público el sargento recibió el disparo cuando despejaba la vía de escombros. Testigos declararon que el crimen ocurrió cuando se enfrentaba a colectivos armados que pretendían saquear locales comerciales.

ACUSADO: Pedro Enrique Guerra Silva. Acusado por los delitos de homicidio calificado, agavillamiento y posesión ilícita de arma de fuego.

ESTADO DE LA CAUSA: fase de investigación.

FALLECIDOS DURANTE LAS PROTESTAS FEBRERO- JULIO 2014: FEBRERO